

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

ANA ISABEL DA SILVA BÍLIO

**AVALIAÇÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA UFMA NA VISÃO DOS
ALUNOS**

São Luís
2017

ANA ISABEL DA SILVA BÍLIO

**AVALIAÇÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA UFMA NA VISÃO DOS
ALUNOS**

Monografia apresentada ao Curso de Administração da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof^o. Me. Miguel Mubárack Heluy

São Luís
2017

**Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA**

Bílio, Ana Isabel da Silva
Avaliação do curso de administração da Ufma na visão
dos alunos / Ana Isabel da Silva Bílio. -2017.
94 f.: il.

Orientador(a): Miguel Mubárack Heluy
Monografia (Graduação) - Curso de Administração,
Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

1. Administração. 2. Avaliação de curso. 3. Educação
Superior. I. Heluy, Miguel Mubárack II. Título

ANA ISABEL DA SILVA BÍLIO

**AVALIAÇÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA UFMA NA VISÃO DOS
ALUNOS**

Monografia apresentada ao Curso de Administração da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Aprovado em: 10/07/2017

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. Me. Miguel Mubárack Heluy (Orientador)
Mestre em Administração
Universidade Federal do Maranhão

Prof^a. Ma. Adriana de Lima Reis Araújo (1^a Examinadora)
Mestra em Administração
Universidade Federal do Maranhão

Prof^a. Ma. Vilma Moraes Heluy (2^a Examinadora)
Mestra em Economia
Universidade Federal do Maranhão

À minha mãe, que mais uma vez me deu total apoio para mais essa conquista. E é por ela que busco me tornar uma pessoa melhor a cada dia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por ter abençoado toda essa trajetória e por ter me dado forças nos momentos em que fraquejei.

À minha família, em especial a minha mãe Ana Cleide, por continuar acreditando em mim, no meu potencial, e ter me possibilitado mais uma vez realizar esse desejo.

Ao meu orientador, Professor Mestre Miguel Heluy, por compartilhar desse desafio e acreditar na minha capacidade de concretizá-lo, pela sua infindável dedicação e paciência dispensadas durante o período de realização deste trabalho, e por me oportunizar cada vez mais aprendizado.

A todos os professores que me acompanharam durante a graduação, em particular àqueles que se tornaram especiais de alguma forma, Prof^o Walter Nunes, Prof^o Rômulo Martins, Prof^o Ademir Martins e Prof^a Amanda Aboud, educadores generosos em compartilhar conhecimento e experiências com todos.

Às Professoras Vilma Heluy e Adriana Araújo pela valorosa contribuição com este trabalho, esclarecendo dúvidas e fornecendo informações necessárias para a construção deste.

Aos amigos, Édipo Pinto, Léo Batista, Gisele Reis, Danielle Dutra e Aline Moraes, que se fizeram presentes em todos os momentos da graduação, demonstrando companheirismo para além desta instituição. E não menos importante, ao amigo Kaio Oliveira, parceiro na vida acadêmica e pessoal.

Aos alunos do curso de Administração da Ufma, por terem dado a devida atenção e contribuição para a realização deste estudo.

Àqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a legitimidade desta produção.

É inegável o valor que essa experiência agregou à minha formação profissional e pessoal. Tenho a certeza de que hoje sou uma pessoa muito melhor do que quando ingressei nessa Universidade. A todos, sou imensamente grata!

“Reivindico que a universidade seja um campo de reflexão, crítica, embates e combates, de descoberta e invenção, cujo compromisso primordial seja com a verdade..., somente esse compromisso assegura uma docência capaz de formar gerações cultivadas, que intervenham na sociedade e na política, movidas pelo conhecimento e pelo sentimento do verdadeiro, do belo, do bom e do justo.”

Marilena Chauí

RESUMO

Tendo em vista a importância de se adotar uma concepção avaliativa na educação superior, a fim de garantir a qualidade no ensino, este trabalho se propôs a avaliar o curso de Administração da Ufma a partir da visão dos alunos do curso de administração que possuíam 70% ou mais de carga horária integralizada, como sujeitos envolvidos nesse processo, compreendendo uma amostra de 51 respondentes que representa 60% do universo de 84 alunos que preenchiam essa condição. Tomando como referência as três dimensões consideradas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) em seu instrumento de avaliação dos cursos de graduação, buscou-se conhecer a percepção desses alunos sobre essas dimensões no curso de Administração, e verificar o seu grau de satisfação com base nas suas experiências vivenciadas. Dentre os referenciais teóricos que nos fundamentaram acerca do tema, temos as contribuições de Demo (2000), Chauí (2000), Ristoff e Giollo (2006), Ranieri (2000), Cavalcante (2000), Davok (2007) e Verhine e Dantas (2005), fazendo uso ainda de fontes como Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Ministério da Educação (MEC) e Lei de Diretrizes e Bases (LDB), dentre outros *sites* e *blogs*. Como técnica para coleta de dados optou-se pela aplicação de questionários com perguntas fechadas, caracterizando-se como uma pesquisa quantitativa, exploratória, e estudo de caso. Os resultados revelaram que os alunos avaliam o curso positivamente, se mostrando em conformidade com a avaliação feita pelo Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), a qual o curso obteve nota máxima (5), salientando, ainda, que tal visão serve de subsídio para provocar a transformação no ambiente acadêmico, de forma a contribuir para a melhoria contínua da qualidade da educação superior, fazendo-se necessário uma preocupação constante em aprimorar o curso e adaptá-lo às exigências e características do mercado de trabalho e da sociedade, em nível regional, nacional e mundial.

Palavras-chave: Educação superior. Avaliação de curso. Administração.

ABSTRACT

Considering the importance of adopting an evaluative conception in superior education, in order to guarantee quality in teaching, this work aimed to evaluate the course of Administration of Federal University of Maranhão (UFMA) from the Student weighing of the administration course, that possessed 70% or more of paid hours, as subjects involved in this process, comprising a sample of 51 answers, representing 60% of the universe of 84 students who fulfilled this condition. Taking as reference the three dimensions by the SINAES in its instrument of evaluation of undergraduate courses, it was sought to know the perception of these students on these dimensions in the Administration course, and verify their degree of satisfaction based on their experiences. Among the theoretical references that we have based on the theme, we have the contributions of Demo (2000), Chauí (2000), Ristoff e Giollo (2006), Ranieri (2000), Cavalcante (2000), Davok (2007) and Verhine and Dantas (2005), making use of sources such as INEP, MEC and LDB, among other sites and blogs. As a technique for data collection, we opted for the application of questionnaires with closed questions, characterizing it as a quantitative, exploratory, and some case studies. The results showed students evaluated the course positively, being shown in accordance with the evaluation done by the ENADE, to which the course obtained a maximum score (5), also stressing that this vision serves as a subsidy to provoke the transformation in the environment Academic, in order to contribute to the continuous improvement of the quality of superior education, necessitating a constant concern to improve the course and adapt it to the demands and characteristics of the labor market and of society at the regional, national and world level.

Keywords: Higher education. Course evaluation. Management.

LISTA DE SIGLAS

ABRH	Associação Brasileira de Recursos Humanos
AMBEV	<i>Americas' Beverage Company</i> (Companhia de Bebidas das Américas)
CAAD	Centro Acadêmico de Administração
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCBS	Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
CCET	Centro de Ciências Exatas e Tecnologia
CCH	Centro de Ciências Humanas
CCSO	Centro de Ciências Sociais
CONAES	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CONSEPE	Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão
CONSUN	Conselho Universitário
CPC	Conceito Preliminar de Cursos
DECCA	Departamento de Ciências Contábeis, Imobiliárias e Administração
DOU	Diário Oficial da União
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FUM	Fundação Universidade do Maranhão
GELNEP	Grupo de Estudos em Logística, Negócios e Engenharia Portuária
GEP	Grupo de Estudos em Planejamento e Gestão de Pessoas
IES	Instituição de Ensino Superior
IGC	Índice Geral de Cursos
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INTEC-TCC	Integração entre Estágio Curricular e Trabalho de Conclusão de Curso
LDB	Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LUE	Liga Universitária Empreender
MEC	Ministério da Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
RM	<i>Ranking</i> Médio
SEAD	Semana de Administração
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SISU	Sistema de Seleção Unificada

SOMACS Sociedade Maranhense de Cultura Superior
UFMA Universidade Federal do Maranhão

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Certificações conferidas pelas IES.....	19
Quadro 2 - Dimensões e pesos considerados na avaliação de curso.....	23
Gráfico 1 - Sexo.....	42
Gráfico 2 - Idade.....	42
Gráfico 3 - Ocupação.....	43
Gráfico 4 - As disciplinas ofertadas pelo curso contemplam o conteúdo necessário para sua formação em Administração.....	44
Gráfico 5 - Os conteúdos das disciplinas do curso são essencialmente abordados em sala de aula, de modo a favorecer a formação em Administração.....	45
Gráfico 6 - Quais as metodologias de ensino do curso que mais motivaram você a buscar mais conhecimentos e desenvolver competências? Assinale ao lado da metodologia, 1 para a menos importante até 5 para a mais importante.....	46
Gráfico 7 - O curso contribuiu para a sua capacidade de pensar criticamente, argumentar e refletir sobre as coisas.....	48
Gráfico 8 - O curso possibilitou a participação em atividades extras (projetos de pesquisa, extensão, eventos; minicursos; órgãos representativos-EJ, CA; dentre outros...).....	49
Gráfico 9 - A coordenação do curso demonstrou presteza nas orientações acadêmicas e resolutividade nas demandas dos estudantes.....	50
Gráfico 10 - O curso proporcionou a relação teoria e prática durante a experiência acadêmica.....	51
Gráfico 11 - As atividades práticas contribuíram para sua formação profissional....	52
Gráfico 12 - O estágio supervisionado corroborou para a formação em Administração.....	52
Gráfico 13 - Há incentivo à produção científica aos alunos como parte do processo de ensino-aprendizagem.....	53
Gráfico 14 - A infraestrutura dos ambientes de salas de aulas, coordenação, Empresa Júnior, Centro Acadêmico são adequadas.....	55
Gráfico 15 - Como você avalia os materiais, equipamentos e tecnologias utilizados em sala de aula?.....	56

Gráfico 16 - No que diz respeito à quantidade de funcionários e professores para atender à necessidade acadêmica, você considera que:.....	57
Gráfico 17 - Os livros disponíveis na biblioteca, referentes ao curso, correspondem às necessidades dos estudantes	58
Gráfico 18 - A sua relação com os professores do curso estimulou a sua busca por aprendizado	59
Gráfico 19 - O corpo docente demonstrou domínio de conteúdo nas disciplinas por eles ministradas	60
Gráfico 20 - As avaliações realizadas durante o curso mostram-se eficazes para medir a aprendizagem	61
Gráfico 21 - Os professores do curso se mostram acessíveis e disponíveis para além da sala de aula	62
Gráfico 22 - O curso oferece a estrutura necessária para atender às exigências do mercado de trabalho	63
Gráfico 23 - Recentemente, o curso de Administração da Ufma obteve o conceito máximo no Enade, nota 5. Fazer parte de um curso nota máxima possibilita melhores oportunidades de trabalho.....	64
Gráfico 24 - Com base nas suas experiências acadêmicas, utilize a escala para manifestar a sua percepção sobre o curso	65
Gráfico 25 - Na sua avaliação o curso:	66

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: um breve retrospecto	15
2.1	Caracterização das IES	17
3	AVALIAÇÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO	20
3.1	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior	21
3.1.1	ENADE	24
4	UM BREVE HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO	29
4.1	Situação atual dos cursos de graduação na UFMA	30
4.2	O Campus de São Luís	31
4.2.1	O Centro de Ciências Sociais	32
4.2.2	O Curso de Administração na UFMA	33
5	O CAMINHO INVESTIGATIVO	39
6	A VISÃO DOS ALUNOS SOBRE O CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA UFMA	41
6.1	Perfil dos sujeitos investigados	41
6.2	Organização didático-pedagógica	43
6.3	Infraestrutura e instalações físicas	54
6.4	Corpo docente	58
6.5	Formação acadêmica e profissional	63
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
	REFERÊNCIAS	71
	APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA UFMA	78
	APÊNDICE B - RESUMO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DOS ALUNOS	86
	ANEXO A – RESOLUÇÃO Nº 04, DE 13 DE JULHO DE 2005	88
	ANEXO B – GRADE CURRICULAR DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO	92

1 INTRODUÇÃO

Pressupondo que nas últimas décadas a educação superior no Brasil se expandiu consideravelmente, tanto na esfera pública quanto na privada, e que nesse mesmo contexto, o ensino em Administração tem acompanhado esse crescimento, haja vista a notoriedade do aumento do número de cursos e de alunos na área, fica evidente a necessidade de se discutir sobre a qualidade na educação e o comprometimento dispensados pelas Instituições de Ensino Superior (IES). Logo, a escolha do tema desta pesquisa é fruto da preocupação em saber como os alunos avaliam o curso de Administração da Universidade Federal do Maranhão (Ufma).

Deste modo, este trabalho se propôs, de maneira geral, a avaliar o curso de Administração da Ufma a partir da visão dos alunos, motivado pela validade que é tratar a avaliação de curso de graduação como aspecto relevante para a melhoria da qualidade na educação, tendo ainda como objetivos específicos apresentar as três dimensões (organização didático-pedagógica; infraestrutura; e corpo docente) consideradas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) em seu instrumento de avaliação dos cursos de graduação; conhecer a percepção dos alunos sobre essas três dimensões no curso de Administração; e verificar o grau de satisfação desses alunos de Administração com base na experiência vivenciada no curso.

No entanto, abordar sobre a avaliação de curso de graduação nos leva a observar criticamente sobre a qualidade no ensino superior, haja vista que o curso de Administração se destaca como o mais procurado no Sistema de Seleção Unificada (Sisu) 2016 (BLOG DO ENEM, 2015).

Nesse passo, é certo dizer que uma educação de qualidade é pressuposto fundamental para formar profissionais que atendam às demandas de uma sociedade globalizada e cada vez mais competitiva. Essa realidade tem requerido mais habilidades e competências das pessoas para ingressar e atuar no mercado de trabalho.

Para garantir a qualidade no ensino superior, faz-se necessário adotar uma concepção avaliativa, não só dos estudantes, mas também das IES e dos cursos de graduação, e o Sinaes propõe um impacto significativo no que tange à busca contínua pela melhoria na qualidade da educação do nosso País.

Logo, tratar sobre a avaliação de curso de graduação, considerando os alunos como sujeitos desse processo de ensino, nos faz querer conhecer a percepção desses alunos em relação ao curso que estão fazendo.

Nesse contexto, este trabalho está estruturado em sete partes. A primeira trás os elementos introdutórios onde se observam a avaliação de curso de graduação como aspecto fundamental para a melhoria da qualidade na educação.

Na segunda parte tratamos sobre a educação superior no Brasil de forma breve, apresentando ainda algumas características das IES. Na terceira parte abordamos a avaliação de curso de graduação, tomando como referência o Sinaes, bem como o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade). Para ambos os capítulos foram imprescindíveis as valorosas contribuições de Demo (2000), Chauí (2003), Santos (2004), Ristoff e Giolo (2006), Davok (2007), dentre outros autores, e outras fontes referenciais como Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Ministério da Educação (MEC) e Lei de Diretrizes e Bases (LDB). E na quarta parte fazemos um breve histórico sobre a Ufma e o curso de Administração com base em informações encontradas em *blogs*, *sites* e na própria coordenação do curso.

Partindo desse aporte teórico, temos como aspecto relevante a metodologia utilizada para esta pesquisa, onde consideramos o formulário via *Google docs* como a técnica ideal para a coleta de dados. Os sujeitos investigados foram os alunos do curso de Administração da Ufma, que já possuíam 70% ou mais de Carga Horária cumprida. Ainda caracterizando-se como uma pesquisa quantitativa, exploratória, e estudo de caso.

Na sexta parte temos, essencialmente, a visão dos alunos sobre o curso de Administração da Ufma. Estes exercendo papel determinante na avaliação do seu curso, expondo seu grau de satisfação com o mesmo.

Por fim, apresentamos as considerações sobre o tema estudado neste trabalho, promovendo uma reflexão sobre o ensino superior, a fim de compreendermos a educação como um instrumento de transformação social, onde alunos e professores são sujeitos protagonistas desse processo, tendo ainda avaliação de curso de graduação como parte fundamental para promover a qualidade na educação.

2 EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: um breve retrospecto

O histórico do Ensino Superior no Brasil nos mostra que houve várias tentativas de criação de universidades no país. Porém, o marco teórico e prático dá-se em 1920, com a criação da Universidade do Rio de Janeiro, pelo presidente Epitácio Pessoa. Nesse momento, esse tipo de instituição já se fazia presente nos países mais importantes do mundo, tanto do ponto de vista econômico quanto geográfico. Por isso, para alguns historiadores a universidade trata-se de uma instituição tardia (ROSSATO, 1998).

Rossato (1998) afirma que, entre 1920 e 1940, muitas instituições surgiram ou se transformaram, passando por um processo de expansão lento e tardio.

Entretanto em meados da década de 1960 registra-se uma mudança nesse quadro, dando início a um período de proliferação de “[...] faculdades, institutos, escolas isoladas e universidades, visando a atender aos interesses da modernização” (ROSSATO, 1998, p.106).

Rossato (1998) acredita que foi com a criação do Ministério de Educação e Saúde Pública, pelo presidente Getúlio Vargas que implantou-se uma organização e estrutura da educação superior através do decreto 19.851, de 11 de abril de 1931.

Ainda durante o processo de expansão, especificamente entre 1945 e 1964, observou-se um crescimento significativo no número de instituições, com o surgimento, em 1946, das universidades particulares, pois a grande expansão do ensino de 1º e 2º grau, aumentou potencialmente o número de candidatos à universidade.

A expansão do ensino superior é evidente, e isso pode ser verificado com o significativo aumento no número de matrículas que de 96.691, em 1960 passou para 425.478, em 1970 e para 1.377.286, em 1980. Ressalta-se a forte interiorização do ensino superior, a abertura de novas áreas e a implantação, a partir de 1970, da pós-graduação (SARDAGNA et al., 2006). Esse aumento fomentou cada vez mais o crescimento das IES:

Para suportar tal aumento, a Reforma Universitária – Lei 5540/68, criou mecanismos para a expansão, favorecendo a criação de IES não só em cidades de grande ou médio porte, mas até mesmo nas de pequeno porte, desde que atendessem aos interesses políticos do momento. (ROSSATO, 1998, p. 120).

Sardagna et al. (2006, p. 130) apontam uma continuidade nas políticas de educação apresentada nas etapas anteriores, no final da década de 1980 e meados da década de 1990, provocando o aumento da privatização do ensino superior, e uma expansão significativa das matrículas nas instituições privadas. Pode se dizer que este crescimento deveu-se também à questão da universidade privada estar prevista na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 209, que diz: “O ensino é livre à iniciativa privada [...]” (BRASIL, 1988, não paginado). Logo, entende-se que constituir espaços privados para a educação é algo garantido legalmente, previsto na Carta Magna.

Todavia, Sardagna et al. (2006, p. 30) interpreta que

[...] a iniciativa privada estar aproveitando-se desta brecha legal para reforçar a ideia de educação como bem de consumo, como mercadoria e não como espaço de emancipação e cidadania. As críticas que não têm sido amenas dão conta de Universidades pouco preocupadas com a qualidade e bastante atentas ao lucro fácil.

Neste sentido, o número de IES só vem aumentando. Mas, se apresentam ofertando tempos de formação cada vez mais reduzidos, numa postura descomprometida com a pesquisa, a investigação científica, o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e a criação e difusão da cultura, indo em direção oposta ao delineado no Art. 43 da LDB 9.394/96, evidenciando a educação como mercadoria.

Seguindo esse pensamento, Chauí (2003) se mostra a favor da universidade pública de forma a considerar a educação como um direito, e não um serviço. Devendo então, o Estado trata-la como um investimento social e político, e não como um gasto público.

Ainda nessa concepção, Chauí (2003) defende veementemente a universidade pública, se mostrando contra a privatização do ensino, demonstrando sua preocupação quanto ao risco que a Universidade corre de deixar-se reger pela lógica do mercado, deixando de lado sua principal essência, o conhecimento.

Tal colocação vai ao encontro do pensamento de Santos (2004) ao apontar que na última década houve uma alteração significativa nas relações entre conhecimento e sociedade, de forma a alterar profundamente as concepções que se tem sobre conhecimento e sociedade, destacando aí a necessidade de reconstrução do projeto de país.

Mesmo diante dessa sólida argumentação, é notório e fundamental perceber que a educação é uma temática constantemente discutida no Brasil, em

todo o seu contexto histórico, seja ela no nível básico ou superior, na esfera pública ou privada. Pois, naturalmente, não se pode deixar de compreender a educação de um povo como aspecto fundamental para o desenvolvimento de uma nação. Sobre isso, Demo (2000, p. 14) define desenvolvimento como oportunidade, logo “a educação pode ser reconhecida como o fator principal da invenção de oportunidades, o que tem levado a aceitar que a carência material, não seria o centro da pobreza, mas a ignorância (pobreza política).”

Assim, percebe-se que dentre os principais papéis substanciais da educação está o de suplantar a ignorância do excluído, para que este não deixe de se constituir sujeito capaz de sua própria história, podendo colaborar com o desenvolvimento do país, e é em busca desse desenvolvimento que a educação superior no Brasil se mostra importante (DEMO, 2000).

2.1 Caracterização das IES

A discussão sobre educação superior no Brasil é bem intensa. Mas a respeito da sua normatização, esta encontra-se formalizada na Constituição de 1988 e na LDB, a Lei nº 9.394/1996, além de um grande número de decretos, regulamentos e portarias complementares. Em consonância com a LDB, “a educação superior será ministrada em IES, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização”. (BRASIL, 1996, não paginado).

Com base no artigo 43 da Lei nº 9.394/96, a educação superior brasileira tem como finalidades:

- I. estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II. formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III. incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV. promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V. suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI. estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII. promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. (BRASIL, 1996, não paginado).

Nesse sentido, podemos crer que a Lei nº 9.394/96 apresenta uma reorganização do sistema educacional como um todo, possibilitando e melhorando o acesso ao ensino superior a todas as pessoas, tornando-o menos elitista. Para Ranieri (2000), a nova LDB é inovadora e modernizadora, haja vista que insinua uma revisão na posição do Estado, no que tange às questões do ensino superior brasileiro.

Sobre a LDB, Cavalcante (2000, p. 12) esclarece que:

Embora, ao tratar da educação superior, a LDB só utilize as expressões Instituições de Ensino Superior e Universidade, o Decreto nº 2.306/97, que a regulamenta, optou francamente pelo modelo tríplice, já cogitado na década de 60 pelo Grupo de Trabalho da Reforma Universitária, desta vez sob a forma de universidade, centro universitário e instituições não-universitárias de educação superior (estas compreendendo as faculdades integradas, faculdades, institutos superiores ou escolas superiores).

Para complementar esse esclarecimento, o Decreto nº 2.306/97, que regulamenta a LDB, define, para o sistema federal de ensino a seguinte organização acadêmica das instituições de ensino superior:

Universidades – São instituições pluridisciplinares de formação de quadros profissionais de nível superior e caracterizam-se pela indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão. As universidades mantidas pelo poder público gozarão de estatuto jurídico especial.

Universidades Especializadas – Organizadas por campo do saber, nas quais deverá ser assegurada a existência de atividades de ensino e pesquisa em áreas básicas e/ou aplicadas.

Centros Universitários – São instituições pluricurriculares, abrangendo uma ou mais áreas de conhecimento, que devem oferecer ensino de excelência, oportunidade de qualificação do corpo docente e condições de trabalho acadêmico.

Centros Universitários Especializados – Deverão atuar numa área de conhecimento específica ou de formação profissional: Faculdades Integradas, Faculdades, e Institutos Superiores ou Escolas Superiores.

Centros de Educação Tecnológica – São instituições especializadas de educação profissional, públicas ou privadas, com finalidade de qualificar profissionais, nos vários níveis e modalidades do ensino, para os diversos setores da economia e realizar pesquisa e desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, oferecendo mecanismos para a educação continuada. (BRASIL, 1997, não paginado, grifo nosso).

Esses modelos de IES podem conferir títulos acadêmicos na forma de diplomas e certificados. O artigo 48 da LDB afirma que os diplomas de cursos superiores reconhecidos, quando registrados, terão validade nacional como prova da formação recebida por seu titular (BRASIL, 1996).

Os diplomas são fornecidos pelas IES na graduação, nos cursos sequenciais e na pós-graduação. E além destes estão os certificados para vários tipos de curso. Para melhor compreensão, consideremos o quadro 1:

Quadro 1 - Certificações conferidas pelas IES

DIPLOMAS	CERTIFICADOS
Graduação Bacharelado Licenciatura Plena Tecnólogo Licenciatura Curta ou de 1º grau	Especialização Extensão Programa de Educação Continuada Cursos Sequenciais de Complementação de Estudos Programa Especial de Formação de Professores
Cursos Sequenciais Formação Específica	
Pós-graduação Mestrado Mestrado Profissional Doutorado	

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados de Cavalcante (2000).

Partindo dessa breve consideração acerca da educação superior no Brasil, apresentando de forma sucinta sua organização e expansão, fica evidente a necessidade de avaliação dessas IES, se constituindo como um elemento central nas políticas de educação, considerando a complexidade da educação do nível superior e dos procedimentos formais e legais que envolvem a avaliação (LORDÊLO, 2009).

As mudanças ocasionadas pelo avanço tecnológico nos faz testemunha do processo de transformação contínuo da sociedade a qual estamos inseridos. Desta forma, a avaliação é vista como um preceito constitucional na busca pela qualidade na educação. E é sobre esse importante fator que tratar-se-á o próximo tópico, especificamente nos cursos de graduação, baseado num contexto legal e institucional, validado por aspectos políticos e sociais.

3 AVALIAÇÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO

A avaliação na educação superior, especificamente o curso de graduação, como será tratada nesse capítulo, está inserida num contexto amplo e cheio de desafios. Ao falarmos de educação, a avaliação e a qualidade são termos que estão intrinsicamente relacionados, sendo percebida com grande complexidade, por estar permeada de subjetividade.

Pires (2007) configura a avaliação como um pressuposto básico para qualidade dos serviços da instituição, quer no ensino, na pesquisa ou extensão, proporcionando uma reflexão sobre a IES, favorecendo sua melhor inserção na sociedade.

Para Davok (2007), a educação de qualidade pode ser interpretada de várias formas, podendo ser aquela que possibilita um domínio eficaz do conteúdo, a aquisição de uma cultura científica ou literária, que desenvolve a capacidade de servir ao sistema produtivo, e/ou ainda promove o espírito crítico e fortalece o compromisso para transformar a realidade social.

Ristoff e Giollo (2006) veem as diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE) de forma clara, pois estes afirmam que é necessário melhorar o sistema educacional em todos os níveis, sendo que tais melhorias não podem se dar em detrimento da qualidade.

Todavia, sabe-se que é função do governo brasileiro, por meio do MEC, conforme o Decreto n.º 3.860/2001, exercer o papel de regulação da qualidade da educação superior brasileira, sendo o responsável pela coordenação da avaliação de cursos, programas e instituições de ensino superior (BRASIL, 2001).

A avaliação de cursos e instituições de ensino deve ser organizada e executada pelo Inep, já a avaliação de programas de mestrado e doutorado, por área de conhecimento, é realizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), de acordo com critérios e metodologias próprios.

Nessa perspectiva, a busca contínua pela qualidade no ensino superior fomentou uma reforma no Sinaes, que pode ser melhor compreendida no tópico seguinte.

3.1 Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

A reforma no Sinaes, criado pela lei nº 10.861/2004, apresenta três tipos de avaliações: dos cursos de graduação; das instituições de educação superior; e o Enade, que propõe a articulação da regulação governamental com as iniciativas de auto-avaliação das IES (BRASIL, 2004).

Verhine e Dantas (2005) consideram que o documento de apresentação da reforma do Sinaes esclarece várias das deficiências do exame utilizado anteriormente e se preocupa em fundamentar os conceitos e princípios da nova proposta, pois este foi delineado como um sistema em que as partes contribuiriam entre si para a composição de um parecer final sobre a qualidade de uma instituição. Entretanto, Schwartzman (2008) desaprova o Sinaes por sua complexidade, indicando ser um sistema que vai muito além dos recursos humanos e materiais disponíveis pelo MEC.

Dentre as principais críticas feitas ao sistema anterior, está a ineficiência do Provão (exame anterior ao Enade) em se constituir um processo avaliativo real dos níveis de curso e da instituição, mostrando dificuldade em separar adequadamente avaliação e regulação (VERHINE; DANTAS, 2005).

Logo, o Sinaes compreendendo como função do Estado a de credenciar, recredenciar e autorizar as IES, reconhecer e renovar o reconhecimento dos cursos, busca promover um sistema permeado por qualidade, autonomia e relevância social (VERHINE; DANTAS, 2005).

O Sinaes avalia todos os aspectos que giram em torno desses três eixos: o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações e vários outros aspectos. Possui uma série de instrumentos complementares: auto avaliação, avaliação externa, Enade, avaliação dos cursos de graduação e instrumentos de informação (censo e cadastro). Seus processos avaliativos são coordenados e supervisionados pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes) e sua operacionalização é de responsabilidade do Inep.

O MEC, em seu Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância, o qual subsidia os atos autorizativos de cursos – autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento – nos graus de

tecnólogo, de licenciatura, e de bacharelado, considera três dimensões que devem ser avaliadas, são elas: Organização Didático-Pedagógica; Corpo Docente e Tutorial; e Infraestrutura. (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2016a).

Sobre as dimensões, podemos compreendê-las da seguinte forma, ainda de acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2016a):

- a) Organização Didático-Pedagógica: tem como fontes de consulta o Plano de Desenvolvimento Institucional, Projeto Pedagógico do Curso, Relatório de Autoavaliação Institucional, Políticas Institucionais, Diretrizes Curriculares Nacionais, quando houver, Catálogo Nacional dos cursos Superiores de Tecnologia, quando couber e Formulário Eletrônico preenchido pela IES no e-MEC.
- b) Corpo Docente e Tutorial: considera como fontes de consulta o Projeto Pedagógico do Curso, Plano de Desenvolvimento Institucional, Políticas de Formação Docente, Formulário Eletrônico preenchido pela IES no e-MEC, Documentação Comprobatória e Catálogos Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, quando couber.
- c) Infraestrutura: suas fontes de consulta são o Projeto Pedagógico do Curso, as Diretrizes Curriculares Nacionais, quando houver, o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, quando couber. O Formulário Eletrônico preenchido pela IES no e-MEC e a Documentação Comprobatória.

Para tal avaliação, deve-se atribuir conceitos de 1 a 5 (onde 1 equivale a “não atende”, e 5 a “excelente”) a cada um dos indicadores de cada uma das três dimensões, considerando ainda os critérios de análise dos respectivos indicadores da dimensão, o que permitirá o cálculo do conceito de avaliação feito pelo MEC. Entretanto, cada dimensão possui um peso diferente, conforme seu ato autorizativo. Veja o quadro 2:

Quadro 2 - Dimensões e pesos considerados na avaliação de curso

DIMENSÕES	PESO
Autorização de Curso	
1. Organização Didático-Pedagógica	30
2. Corpo Docente e Tutorial	30
3. Infraestrutura	40
Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de Curso	
1. Organização Didático-Pedagógica	40
2. Corpo Docente e Tutorial	30
3. Infraestrutura	30

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2016a).

Os resultados das avaliações possibilitam traçar um panorama da qualidade dos cursos e das IES no país. As informações obtidas com o Sinaes são utilizadas pelas IES, para orientação da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social; pelos órgãos governamentais para orientar políticas públicas e pelos estudantes, pais de alunos, instituições acadêmicas e público em geral, para orientar suas decisões quanto à realidade dos cursos e das instituições.

Deste modo, podemos compreender o Sinaes como um sistema de visão ampla no que tange a avaliação da educação superior, para que, sobretudo, possa oferecer dados e informação com vistas a melhorar a qualidade do ensino ofertado.

Todavia, se pensarmos na educação superior de qualidade, daremos ênfase à necessidade de avaliação como meio de melhorá-la, qualificá-la, favorecendo o processo de ensino-aprendizagem, formando sujeitos autônomos, partes de um processo do vir a ser como propõe Freire (1996) e aptos a ingressar no mercado de trabalho. Essa realidade exige um profissional cada vez mais qualificado e completo, dotado de conhecimentos em diversas áreas, o que aumenta a responsabilidade das IES em oferecer um ensino de qualidade.

Nesse sentido, o ensino no curso de Administração, objeto de estudo desta pesquisa, torna-se mais relevante quando se observam fatores do tipo competitividade e qualidade como pré-requisitos para o sucesso profissional e das organizações buscando a sua sobrevivência e permanência no mercado. Mas para

isso, o administrador deve concluir seu curso de graduação de tal modo que esteja apto a exercer o seu papel de tomador de decisões ao ingressar no mercado de trabalho.

A Resolução nº 4, de 13 de julho de 2005, como apresentado no Anexo A, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, em seu Art. 3º compreende que o curso deve ensejar como perfil desejado do formado:

capacitação e aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais e econômicas da produção e de seu gerenciamento, observados níveis graduais do processo de tomada de decisão, bem como para desenvolver gerenciamento qualitativo e adequado, revelando a assimilação de novas informações e apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de atuação do administrador. (BRASIL, 2005, p. 2).

Dessa maneira, a educação é vista como um instrumento de transformação social. No mundo contemporâneo há uma necessidade de desenvolver indivíduos autônomos e atuantes na sociedade. Para garantir que esse profissional saia da universidade com todas essas competências requeridas, é preciso investigar o curso de graduação, considerando as dimensões propostas pelo Sinaes, atuando na avaliação e identificação das condições de ensino oferecidas aos estudantes, a fim de orientar o aprimoramento das IES (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2011).

E como parte desse processo avaliativo, o “novo sistema estaria representado por apenas uma das modalidades, o Enade”, Lacerda (2015, p. 92), se destacando como marco regulatório da educação superior brasileira, que será abordado a seguir.

3.1.1 ENADE

Conforme a Portaria Normativa nº 40 de 12 de dezembro de 2007, Art. 33-D, o Enade, que integra o Sinaes, tem o objetivo de medir o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação (BRASIL, 2007). É de competência do Plano Institucional enquadrar os cursos da instituição aptos a participar do Enade, e no decorrer do processo, acompanhar as inscrições dos alunos regulares ingressantes e concluintes (constantes da portaria que estabelece os cursos cujos

estudantes serão avaliados) e irregulares (que deveriam ter realizado o exame em ano anterior, mas não o fizeram), bem como, o preenchimento dos questionários pelos alunos e coordenadores de curso (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2016c).

Embora o Enade tenha surgido em substituição ao Provão, há algumas similaridades entre ambos, como a de permanecer como um componente curricular obrigatório, sinalizado o histórico escolar do estudante, como bem dispõe o art. 5º, § 5º, da Lei do Sinaes nº. 10.861/2004 (BRASIL, 2004). Sendo inscrita no histórico escolar do estudante somente a situação regular com relação a essa obrigação, devendo constar se foi ou não cumprido, ainda que não apresente nota do exame. O estudante selecionado que não comparecer ao Exame estará em situação irregular junto ao Enade e não poderá colar grau. Vale ressaltar que este é um exame aplicado a apenas uma amostra de estudantes devidamente selecionados. (VERHINE; DANTAS, 2005).

Todavia, enquanto o *Provão* se apresentava como um mecanismo de regulação, o Enade vai além, pois se trata, principalmente, de uma ferramenta de avaliação, que obedece a um ciclo de três anos de escolarização superior (aplicados, anteriormente, a alunos ingressantes e concluintes, porém hoje só se considera os concluintes, com um percentual de pelo menos 75% de carga horária cumprida), cruzado com a opinião do aluno sobre sua instituição e com seu conhecimento sobre aspectos mais gerais, não relacionados a conteúdos específicos, fomentados através do diagnóstico de competências e habilidades adquiridas (VERHINE; DANTAS, 2005). É composto por uma prova; questionário de impressões dos estudantes sobre a prova; questionário do estudante; e questionário do coordenador do curso.

O aluno participante do Enade, pode ainda solicitar dispensa da prova com base nos termos e prazos da Portaria nº 624, de 14 de dezembro de 2016 que estabelece os procedimentos de dispensa de participação no exame, o qual deve apresentar documento comprobatório do seu impedimento (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2016b).

O conceito Enade se mostra como um indicador de qualidade que avalia o desempenho dos estudantes a partir dos resultados obtidos no Enade. É divulgado anualmente para os cursos que tiveram estudantes concluintes participantes do

Exame, servindo como base, juntamente com dados relacionados ao corpo docente, infraestrutura e recursos didático-pedagógicos, para o cálculo do Conceito Preliminar do Curso (CPC), principal indicador de qualidade para avaliação dos cursos superiores do país.

O CPC é calculado no ano seguinte ao da realização do Enade de cada área, com base na avaliação de desempenho de estudantes, corpo docente, infraestrutura, recursos didático-pedagógicos e demais insumos, conforme orientação técnica aprovada pela Conaes. O CPC dos cursos com oferta nas modalidades presencial e a distância é divulgado de maneira unificada, considerando a soma dos estudantes das duas modalidades e seus respectivos resultados (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2016c).

O Índice Geral de Cursos (IGC) é um indicador de qualidade, calculado desde 2007, que avalia as instituições de educação superior e leva em consideração a média dos últimos CPCs disponíveis dos cursos avaliados da instituição no ano do cálculo e nos dois anteriores; o número de matrículas em cada um dos cursos computados; a média dos conceitos de avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* atribuídos pela Capes na última avaliação trienal disponível; e a distribuição dos estudantes entre os diferentes níveis de ensino, graduação ou pós-graduação *stricto sensu* (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2016c).

Sobre a participação, especialmente, do curso de Administração no Enade, as duas últimas ocorreram em 2012 e 2015. A primeira contou com um total de 117 alunos inscritos, entretanto só 42 concluintes participaram e os demais ingressantes foram dispensados. Já em 2015, quando já se considerava apenas a participação de alunos concluintes de curso, de um total de 134 inscritos, 57 concluintes fizeram a prova, 4 foram dispensados, e 1 faltou, segundo informação obtida com a Ex Coordenadora do Curso de Administração da Ufma, que atualmente é a Supervisora de Estágio.

Em 2015, além do curso de Administração, foram avaliados os cursos de Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Comunicação Social (Jornalismo), Design, Direito, Psicologia e Turismo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2017a). Assim, pode-se compreender que o Enade valoriza a participação do aluno

nesse processo de diagnosticar a realidade das instituições, mostrando interesse em conhecer a sua percepção.

Este último corrobora com o pensamento proposto por Chauí (2000, p. 154) onde entende percepção como algo “qualitativo, significativo, estruturado e estamos nele como sujeitos ativos, isto é, damos às coisas percebidas novos sentidos e novos valores, pois as coisas fazem parte de nossas vidas e interagimos com o mundo”. E é partindo dessa preocupação em conhecer a percepção do aluno do curso de graduação, que o Enade se mostra de extrema relevância para a avaliação dos cursos, pois é a partir dele que é extraído um conceito para cada curso.

Além das dimensões já apresentadas no tópico anterior, o Enade acrescenta ainda em seu questionário, assertivas que buscam investigar se o curso de graduação oferece Oportunidades de Ampliação da Formação Acadêmica e Profissional, e se estas são percebidas pelo aluno. Onde o aluno deve indicar o seu grau de concordância numa escala de 1 (Discordo Totalmente) a 6 (Concordo Totalmente), ou podendo optar pela alternativa “não sei responder” e “não se aplica”, caso necessário (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2015). E é com base nas dimensões pedagógicas consideradas no Instrumento de Avaliação de Curso de Graduação, bem como no Enade, e sua estrutura, que foi elaborado o instrumento para coleta de dados desta pesquisa.

Logo, considerando os critérios de análise estabelecidos pelo Sinaes e a validade do Enade, este trabalho reconhece a importância da avaliação do curso de graduação considerando os diversos aspectos que o compõe.

O principal objetivo da avaliação em educação é melhorar a sua qualidade. Sabe-se que a construção da qualidade educativa é sempre social, e a avaliação também deve ser um processo que requer a participação de todos os sujeitos da comunidade acadêmica em processos de comunicação e de reflexão conjuntos (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2005).

Nesse passo, os alunos enquanto sujeitos do processo de ensino-aprendizagem, podem exercer papel determinante na avaliação do seu curso superior. Sua percepção, grau de satisfação, críticas e recomendações devem ser

conhecidas e consideradas pela atual administração do curso, a fim de que possam visualizar se há um cumprimento dos objetivos estabelecidos ou, em caso contrário, esse *feedback* lhe dará a possibilidade de adotar outras práticas e buscar outros caminhos que promovam uma educação superior de qualidade.

Contudo, o interesse em avaliar o curso de Administração da Ufma a partir da visão dos alunos, em especial os que estão no último ano de curso, corrobora tanto pela necessidade de conhecimento do atual contexto da educação superior e os critérios de avaliação utilizados, como pelos objetivos vislumbrados deste trabalho, já apresentados.

4 UM BREVE HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

A Universidade Federal do Maranhão tem sua origem na antiga Faculdade de Filosofia de São Luís do Maranhão, fundada em 1953, por iniciativa da Academia Maranhense de Letras, da Fundação Paulo Ramos e da Arquidiocese de São Luís. Embora inicialmente sua mantenedora fosse aquela Fundação, por força da Lei Estadual n.º 1.976, de 31 de dezembro de 1959 dela se desligou e, posteriormente, passou a integrar a Sociedade Maranhense de Cultura Superior (SOMACS), que fora criada em 29 de janeiro de 1956 com a finalidade de promover o desenvolvimento da cultura do Estado, inclusive criar uma Universidade Católica.

A Universidade então criada, fundada pela Somacs em 18 de janeiro de 1958 e reconhecida como Universidade livre pela União em 22 de junho de 1961, através do Decreto n.º 50.832, denominou-se Universidade do Maranhão (BRASIL, 1961), sem a especificação de católica no seu nome, congregando a Faculdade de Filosofia, a Escola de Enfermagem “São Francisco de Assis” (1948), a Escola de Serviço Social (1953) e a Faculdade de Ciências Médicas (1958).

Posteriormente, o então Arcebispo de São Luís e Chanceler da Universidade, acolhendo a sugestão do Ministério da Educação e Cultura, propõe ao Governo Federal a criação de uma Fundação oficial que passasse a manter a Universidade do Maranhão, agregando ainda a Faculdade de Direito (1945), a Escola de Farmácia e Odontologia (1945) - instituições isoladas federais e a Faculdade de Ciências Econômicas (1965) - instituição isolada particular (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2017b).

Assim foi instituída, pelo Governo Federal, nos termos da Lei n.º 5.152, de 21 de outubro de 1966 (alterada pelo Decreto Lei n.º 921, de 10 de outubro de 1969 e pela Lei n.º 5.928, de 29 de outubro de 1973), a Fundação Universidade do Maranhão (FUM), com a finalidade de implantar progressivamente a Universidade do Maranhão (BRASIL, 1966).

O Decreto n.º 59.941, de 6 de janeiro de 1967, aprovou o Estatuto da Fundação (BRASIL, 1967), cuja criação se formalizou com a escritura pública de 27 de janeiro de 1967, registrada no cartório de notas do 1º Ofício de São Luís. Por fim, em lista tríplice votada pelo Conselho Universitário, foram eleitos, pelo Conselho Diretor, os primeiros dirigentes da nova Universidade, cuja posse se realizou no dia

1º de maio de 1967. Foram eles o Prof. Pedro Neiva de Santana, Reitor; o Prof. Mário Martins Meireles, Vice-Reitor Administrativo e o Cônego José de Ribamar Carvalho, Vice-Reitor Pedagógico, isso de conformidade com o projeto do Estatuto da Universidade, já aprovado pelo Conselho Diretor e posto em execução, como norma provisória, até sua homologação e aprovação pelas autoridades competentes, o que só ocorreu em 13 de agosto de 1970 pelo Decreto Lei n.º 67.047 e Decreto n.º 67.048 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2017b).

Em 14 de novembro de 1972, na gestão do Reitor Cônego José de Ribamar Carvalho (segundo Reitor da Ufma), foi inaugurada a primeira unidade do Campus do Bacanga, o prédio “Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco”; a partir daí, a mudança da Universidade para o seu campus tornou-se irreversível.

Atualmente, a Ufma adota o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o Sisu como critério para ingressar na universidade, contemplando a lei de Cotas, destinando 50% das vagas de graduação aos estudantes que cursaram todo o ensino médio em escolas públicas.

No auge dos seus 50 anos de existência, a Ufma tem contribuído, de forma significativa, para o desenvolvimento do Estado do Maranhão, formando profissionais nas diferentes áreas de conhecimento em nível de graduação e pós-graduação, empreendendo pesquisas voltadas aos principais problemas da região, desenvolvendo atividades de extensão abrangendo ações de organização social, de produção e inovações tecnológicas, de capacitação de recursos humanos e de valorização da cultura. E em consonância com as necessidades do mercado e das regiões onde atua, vem sendo realizada a implantação progressiva de novos cursos.

4.1 Situação atual dos cursos de graduação na UFMA

As atividades de ensino de Graduação são comuns a todos os professores, com carga horária semanal de 8 a 16 horas, incluindo aqueles que ocupam funções administrativas, e que desenvolvem atividades de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão.

Estas ações são acompanhadas pelas pró-reitorias de Ensino, de Pesquisa e Pós-Graduação, de Extensão e pelas unidades/subunidades acadêmicas por meio do Planejamento Acadêmico, elaborado a cada início de semestre letivo,

que compreende: Perfil Profissional atualizado; Plano de Capacitação e Formação Continuada Docente; Lista de Atividades de Ensino; Lista de Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão; Lista de outras atividades previstas pela legislação pertinente e aprovadas pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE). O atendimento da demanda para as disciplinas é de competência de cada subunidade acadêmica (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2012).

O ensino de graduação contempla diferentes áreas do conhecimento e uma política de expansão vem sendo desenvolvida para que a área geográfica de atuação seja progressivamente ampliada, contando atualmente com 9 (nove) campi em atividade. Na tabela 1 é mostrada a evolução da oferta de cursos.

Tabela 1 - Quantitativo de cursos presenciais oferecido por campus

CAMPI	ANO				
	2012	2013	2014	2015	2016
São Luís	47	48	50	50	53
Imperatriz	9	9	9	9	9
Codó	3	3	3	3	3
Pinheiro	2	4	7	7	7
Bacabal	4	4	5	5	6
Chapadinha	3	3	4	4	4
São Bernardo	3	4	5	5	5
Grajaú	2	2	2	2	2
Balsas	-	1	1	1	1
TOTAL	73	78	86	86	90

Fonte: Universidade Federal do Maranhão (2017c).

4.2 O Campus de São Luís

O Campus São Luís Foi o primeiro Campus criado pela UFMA. Ele abriga hoje a Cidade Universitária, reunindo o maior número de Cursos de Graduação e Pós-Graduação da Instituição.

Atualmente oferece 53 cursos de graduação, distribuídos em quatro Centros Acadêmicos: o Centro de Ciências Sociais (CCSo), o Centro de Ciências Humanas (CCH), o Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS) e o Centro de Ciências Exatas e Tecnologia (CCET).

4.2.1 O Centro de Ciências Sociais

O Centro de Ciências Sociais é a Unidade Acadêmica responsável pela coordenação, fiscalização e superintendência das atividades das Subunidades Acadêmicas, constituídas por 9 Departamentos Acadêmicos e Coordenadoria dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação, tendo como diretora de Centro a Professora Doutora Lindalva Maciel. Na tabela 2 é mostrada a oferta de cursos no CCSo.

Tabela 2 - Cursos de graduação do CCSo

CURSO	MODALIDADE	VAGAS/ANO	ALUNOS ATIVOS
1. Administração	BAC	100	379
2. Biblioteconomia	BAC	92	291
3. Ciências Contábeis	BAC	100	363
4. Ciências Econômicas	BAC	110	434
5. Ciências Imobiliárias	BAC	52	169
6. Comunicação Social / Jornalismo	BAC	32	148
7. Comunicação Social / Rádio e TV	BAC	32	136
8. Comunicação Social / Rel. Públicas	BAC	32	139
9. Direito	BAC	200	972
10. Hotelaria	BAC	80	271
11. Pedagogia	LIC	80	595
12. Serviço Social	BAC	80	339
13. Turismo	BAC	80	271

Fonte: Elaborada pela autora a partir da Universidade Federal do Maranhão (2016)

Abrange ainda os Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (Mestrado), em Direito e Instituições do Sistema de Justiça (Mestrado), em Educação (Mestrado), em Gestão de Ensino da Educação Básica (Mestrado), e em Políticas Públicas (Mestrado/Doutorado). Além dos cursos de graduação e pós-graduação, encontram-se também Núcleos de Pesquisas, Centros e Diretórios Acadêmicos dos cursos das áreas sociais. O prédio ainda dispõe de auditórios e uma biblioteca setorial.

4.2.2 O Curso de Administração na UFMA

No dia 31 de outubro de 2006, através da Resolução nº 92/2006 do Conselho Universitário (Consun), foi criado o Curso de Administração – Bacharelado, da Universidade Federal do Maranhão, o qual foi reconhecido pelo Ministério de Educação (Portaria nº 299, de 27 de dezembro de 2012, do publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 31 de dezembro de 2012), tendo sua renovação de reconhecimento, por meio da Portaria nº 707, de 18 de dezembro de 2013, do DOU de 19 de dezembro de 2013 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2016).

O Projeto Pedagógico de criação e funcionamento do Curso de Administração – Bacharelado, datado de 2006, previa a formação profissional no decorrer de 8 (oito) semestres, no turno matutino, com uma carga horária de 3.225 (três mil duzentas e vinte e cinco) horas/aula, totalizando 189 (cento e oitenta e nove) créditos (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2006).

A formação de bacharéis viria a atender as demandas emergentes do mercado da cidade de São Luís, se mostrando como uma ferramenta para a formação do profissional voltado para o empreendedorismo, contribuindo para a transformação da realidade social, econômica e política da capital e do Estado.

Neste contexto, as dimensões do fenômeno administrativo são contempladas pelo Curso, seja diretamente, por meio das competências desenvolvidas ao longo do curso, seja por meio de laboratórios, atividades complementares e programas específicos. Além da capacitação técnica do administrador, tais atividades visam à sua formação humanística, orientada por

valores éticos, morais, de cidadania, e de responsabilidade socioambiental que devem nortear empresas e os negócios.

A organização curricular do curso foi trabalhada através de conteúdos interligados nos núcleos de formação básica, profissional, quantitativa e tecnologias e de formação complementar, que se consolidam na medida em que a prática é valorizada e exercida nos laboratórios e programas específicos.

A concepção do Curso procurou valorizar os campos teórico e prático, de modo que esses dois aspectos do conhecimento são trabalhados juntos para a compreensão dos fenômenos estudados. Embora a teoria seja mais evidente no início do curso, todavia, torna-se aspecto basilar para uma prática mais sólida nas organizações. Haja vista que no processo de ensino-aprendizagem, teoria e prática são elementos indissociáveis.

Logo, o curso apresenta como ferramenta de desenvolvimento de competências a necessidade do cumprimento das atividades complementares (Norma Complementar nº 02/2009, Resolução nº 90/99 Consepe), do estágio supervisionado (Norma Complementar nº 03/2009, Resolução nº 90/99 Consepe) e do trabalho de conclusão de curso (Norma Complementar nº 04/2009, Resolução nº 90/99 Consepe). Buscando valorizar e estimular o aluno a desempenhar um papel ativo no processo de construção de conhecimento (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2006).

Vislumbrou ainda, permitir ao profissional um perfil flexível, capaz de administrar com ética, responsabilidade, cidadania, compromisso e valores humanísticos; estimulando as ações que fomentem os quatro pilares da educação proposto por Delors (2003), aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a conviver; e aprender a ser.

É certo dizer que o nível de profissionalização das empresas maranhenses ainda é baixo, em grande parte decorrente do número insuficiente de administradores. Então, a fim de colocar o Estado do Maranhão no cenário nacional, em termos econômicos, e para que se possa aproveitar melhor os recursos naturais de que dispõe, se faz necessário administrá-los com mais profissionalismo. E para isto, as empresas são fundamentais, pois geram riquezas e as distribuem. Essa colocação justifica a importância do Curso de Administração na Ufma, visando suprir essa lacuna de profissionais com visão holística da economia e da empresa.

O curso de Bacharelado em Administração, otimiza o processo formativo dos profissionais da área, de maneira a atender, com qualidade e competência, as demandas da sociedade local e nacional, através do Ensino, Pesquisa e Extensão; visando, também, constituir-se numa Instituição de Ensino Superior de referência que atenda aos anseios da comunidade local, regional e nacional.

Desta forma, busca-se formar profissionais agentes de transformação do processo de construção da realidade econômica, social e política local, no contexto empresarial, com competências desenvolvidas no contínuo aprendizado, na ética, na cidadania e no empreendedorismo. Anseia ainda uma formação intelectual e profissional de um cidadão mais preparado para o laboro, crítico da sua realidade, com capacidade de propor novas alternativas e dar respostas às exigências do mercado; além de abrir a possibilidade de uma formação continuada que terá início na graduação e continuará nos cursos avançados, considerando-se o cenário de constantes mudanças e inovações.

Atualmente, ao observar a estrutura curricular do curso de Administração da Ufma (ANEXO B), podemos constatar que possui um total de 3.225 (três mil, duzentas e vinte e cinco) horas/aula com 173 (cento e setenta e três) créditos, dividido em 160 créditos teóricos e 13 créditos de prática, e poderá ser integralizado em (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2017d):

- a) no mínimo, 04 (quatro) anos ou 08 (oito) semestres;
- b) no máximo, 06 (seis) anos ou 12 (doze) semestres.

O curso de Administração está vinculado ao Departamento de Ciências Contábeis, Imobiliárias e Administração (Decca); possui um quadro total de 20 professores (1 (um) especialista, 13 (treze) mestres, e 6 (seis) doutores); apresentando 295 (duzentos e noventa e cinco) alunos egressos, e 379 (trezentos e setenta e nove) alunos ativos; dispondo, em sua coordenação, de Coordenador de Curso, Supervisor de Estágio, e Secretário, segundo informações internas da Coordenadora do Curso de Administração da Ufma.

Nesse passo, o curso de Administração, ainda de acordo com dados da Coordenadora, conta ainda com três grupos de pesquisas ativos, no intuito de contribuir com as demandas da sociedade, fortalecendo a relação entre teoria e prática. Os grupos são: Grupo de Estudos em Logística, Negócios e Engenharia Portuária (Gelnep), criado em 2011 e coordenado pelo Professor Sérgio Cutrim; o

Grupo de Estudos em Planejamento e Gestão de Pessoas (GEP), criado em 2015 e coordenado pela Professora Amanda Aboud; e o mais recente, o Grupo de Pesquisa Científica Foco Acadêmico, criado em 2016, sob a coordenação da Professora Adriana Araújo, que desenvolve pesquisas com foco em gestão de carreiras.

Com o objetivo de buscar uma representação dos alunos do curso de Administração da Ufma em toda a academia, temos o Centro Acadêmico de Administração (CAAD) que exerce este papel, buscando solucionar problemas e obter melhorias na qualidade do ensino, bem como integrar o curso com a universidade como um todo.

Algumas conquistas marcaram o progresso do curso, e A Estratégica Empresa Júnior de Administração é uma delas. Segundo a Coordenadora do Curso de Administração da Ufma, surgiu em 04 de novembro de 2008, constituída por professores e alunos do curso, que tem o intuito de proporcionar aos alunos a experiência e vivência no mercado de trabalho ainda na graduação, de forma a aprimorar os conhecimentos aprendidos em sala de aula. Trata-se de uma associação sem fins lucrativos que visa levar os conhecimentos acadêmicos para a sociedade. A Estratégica tem desenvolvido um valoroso trabalho na área de Consultorias Gerenciais, Econômicas, Financeiras e Administrativas, bem como de Gerenciamento de Projetos. Atualmente dispõe de uma sala própria, localizada no Centro de Empreendedorismo da Ufma, e até o corrente ano um total de 188 discentes já passaram pela Empresa Júnior compondo o quadro de gestores e corroborando para o desenvolvimento de suas atividades.

Outra conquista para o curso de Administração, de acordo com a Coordenadora, foi a criação da 1ª Liga de Empreendedorismo do Estado do Maranhão, que surgiu em agosto de 2013, a Liga Universitária Empreender (LUE), que parte da ideia de reunir estudantes movidos pelo espírito empreendedor, interessados em congregar acadêmicos para fomentar o empreendedorismo no Maranhão, tendo como finalidade incentivar a capacidade empreendedora do aluno, desenvolvendo atividades de estímulo e apoio relevantes para o meio acadêmico. Na gestão de 2016 passou a ser composta por 20 (vinte) acadêmicos de 8 (oito) cursos distintos, desta Universidade. Porém, metade da sua formação, são alunos do curso de Administração.

Há dez anos consecutivos, a Ufma já possui em seu calendário acadêmico a Semana de Administração (SEAD), um evento científico que aborda temáticas contemporâneas e importantes para a Administração, onde busca-se esclarecer os rumos da área, tendências, impactos e contribuições para o desenvolvimento econômico, social e cultural do Maranhão e do Brasil. Neste ano, 2017, realizar-se-á a XI Sead, e na ocasião comemora-se os 10 anos do curso de Administração da Ufma.

Além da Semana de Administração, o curso promoveu em 2016 a *Campus Party Experience*, que teve como objetivo apresentar e compartilhar as experiências que as *Startup's* Maranhenses tiveram no evento *Campus Party 2016*, o maior evento de tecnologia do mundo nas áreas de: Inovação, Criatividade, Ciência, Empreendedorismo e Entretenimento Digital, que aconteceu em São Paulo.

A Coordenadora ainda cita outras atividades extracurriculares promovidas pelo curso:

- a) 1ª Oficina de Produção de Artigos em Administração – 03 a 24/06/2016
- b) Palestra de Apresentação do Programa de Estágio 2016 da *Americas' Beverage Company* (Ambev) – 09/06/2016
- c) I Competição de Plano de Negócio – 2011
- d) I Seminário de Finanças – 07/12/2010
- e) Políticas e Práticas Referenciais na Gestão Pública – 02 e 03/12/2010
- f) I Integração entre Estágio Curricular e Trabalho de Conclusão de Curso (Intec-TCC) – Workshop de Integração entre estágio curricular e trabalho de conclusão de curso – 18 e 19 /06/2010
- g) 1º Encontro de Estudantes de Administração de Recursos Humanos – 16 e 17/06/2010
- h) Trote Cidadão – 16 a 19/03/2010

E ainda nesse sentimento de conquista, o curso de Administração esteve representado por meio da participação das alunas Betiane de Jesus Silva (9º período), Emilly Pereira Martins (3º período), e Mayane Reis Conceição, já graduada em Administração pela Ufma, que integraram a equipe vencedora no “Desafio Sebrae” - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, Ciclo de 2016, desempenhando excelente atuação, a qual resultou no mérito do 1º lugar. A

competição reuniu concorrentes de todo o país, compreendendo diversas etapas que tem por objetivo estimular o empreendedorismo no ambiente universitário, por meio de atividades educacionais, jogos de negócios e simuladores.

Outro, não menos importante, foi a honraria Ser Humano Oswaldo Checchia, prêmio dado ao técnico-administrativo da Ufma, e egresso do curso de Administração, Vilmones Rodrigues Lima, que recebeu o 1º lugar na modalidade Gestão de Pessoas /Acadêmica, durante o VIII Congresso de Gestão de Pessoas do Maranhão, realizado em outubro de 2016 pela Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH), com o trabalho sobre avaliação de desempenho institucional, que faz parte da sua pesquisa de monografia.

A mais recente conquista do curso de Administração foi ter obtido conceito máximo no Enade. Foi o único no Maranhão com nota 5, e dentre os 88 cursos que alcançaram esse conceito, a Ufma ficou em 49º lugar, de um total de 1.806 cursos avaliados. Além disso, a graduação está no 8º lugar da região Norte/Nordeste e 10º lugar considerando a região Norte/Nordeste/Centro-Oeste (SINDICATO DOS ADMINISTRADORES DO MARANHÃO, 2017).

O curso a princípio foi conduzido pela Professora Raimundinha Marques, e posteriormente pela Professora Vilma Heluy (no período de 2010 a abril de 2016, quando foi realizado o último Enade), e para dar continuidade a esse progresso, é atualmente coordenado pela Professora Adriana Araújo.

Diante dos fatos, tratar das tendências em administração tem sido cada vez mais presente na universidade, tanto nas atividades de ensino, como na pesquisa e na extensão. No ensino, o curso de Administração é o principal responsável pela difusão do conhecimento científico e técnico sobre o contexto organizacional. Nesse sentido, é notável que o curso de Administração vem evoluindo, e é nessa perspectiva que a comunidade acadêmica deve sempre fazer o melhor pelo curso e para o curso. Fazer da temática de estudo em Administração, algo incansável e prazeroso.

5 O CAMINHO INVESTIGATIVO

Este trabalho se propõe a avaliar o curso de Administração da UFMA a partir da visão dos alunos no que tange à sua satisfação com o curso, motivado pela validade que é tratar da avaliação do curso de graduação na percepção deste sujeito do processo ensino-aprendizagem.

Para essa investigação realizou-se primeiramente uma pesquisa bibliográfica que segundo Vergara (2013, p. 43) “é um estudo sistematizado com base em materiais publicados em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas” a fim de recolher informações e conhecimentos prévios a cerca de um problema.

Nesse sentido, o referencial teórico compõe-se das contribuições de autores pertinentes à temática, educação superior e avaliação de curso de graduação, dentre eles, Demo (2000), Chauí (2000), Ristoff e Giollo (2006), Ranieri (2000), Cavalcante (2000), Davok (2007) e Verhine e Dantas (2005), fazendo uso ainda de fontes como INEP, MEC e LDB.

No que se refere ao curso de Administração da Ufma, foram coletadas informações no *site* da própria Universidade, observando-se a atual situação dos cursos de graduação, em especial o de Administração, bem como análise documental e informações na própria coordenação do curso. Segundo Farias Filho e Arruda Filho (2013) fazer uso de documentos pode ser meio e fim de uma pesquisa, onde esses documentos serão fontes de apoio para as evidências da pesquisa e/ou para responder às questões e alcançar os objetivos.

Para a coleta de dados primários considerou-se os alunos do curso de Administração da Ufma. Caracterizando-se como uma pesquisa quantitativa, pois diante de 379 alunos ativos, num universo de 84 alunos que possuem um percentual de carga horária cumprida igual ou superior a 70%, a pesquisa contemplou uma amostragem de 60% que engloba 51 alunos participantes desde estudo. Haja vista que estes são alunos que se encontram no último ano de curso, mais experientes e dispostos a colaborar com o propósito deste trabalho.

Trata-se de uma pesquisa exploratória, por analisar uma temática pouco estudada, como considera Vergara (2013, p. 42) “é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado”. Possui ainda caráter de estudo de caso, pois conforme Farias Filho e Arruda Filho (2013, p. 66) “envolve um estudo

profundo de um objeto de maneira que se permita seu amplo e detalhado conhecimento, possibilitando a construção de hipóteses e na reformulação de um problema”. Desta forma, corrobora para uma melhor avaliação do curso de administração da Ufma a partir da visão dos alunos.

Contudo, para a coleta de dados, utilizou-se um questionário (APÊNDICE A) com 25 perguntas fechadas, que conforme Gil (2002, p. 114) “entende-se por um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado” elaborado de forma a atender os objetivos específicos do trabalho, com alternativas suficientes para abrigar a ampla gama de respostas, dispostas a facilitar a compreensão dos sujeitos investigados.

Ainda sobre a elaboração do questionário, teve como referência o modelo da escala de *Likert*, utilizando seis níveis que variam entre os extremos (1 discordo totalmente, e 6 concordo totalmente) possibilitando medir o grau de concordância dos sujeitos quanto às assertivas apresentadas, lhes dando como alternativa “Não sei responder” para algumas questões específicas.

A aplicação do questionário de pesquisa deu-se por *link* que fora compartilhado via *e-mail*, *whats app*, e *facebook*. Porém, obteve-se um maior retorno através do aplicativo de conversação. Tal apuração ocorreu no período de 16 de maio de 2017 a 3 de junho do mesmo ano.

Ressalta-se que os sujeitos investigados, em sua maioria demonstraram disposição e interesse em responder ao questionário, o que corrobora para uma maior validade dos resultados. Salienta-se ainda que tais resultados serão apresentados em percentuais gerais, sem identificar seus respondentes.

6 A VISÃO DOS ALUNOS SOBRE O CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA UFMA

O objetivo deste trabalho é avaliar o curso de Administração da Universidade Federal do Maranhão a partir da visão dos alunos. Para isso, tendo como base a contribuição dos sujeitos investigados, discentes que tinham percentual igual ou superior a 70% de carga horária cumprida, procurou-se conhecer a percepção destes sobre a estrutura do curso, bem como o seu grau de satisfação com o mesmo.

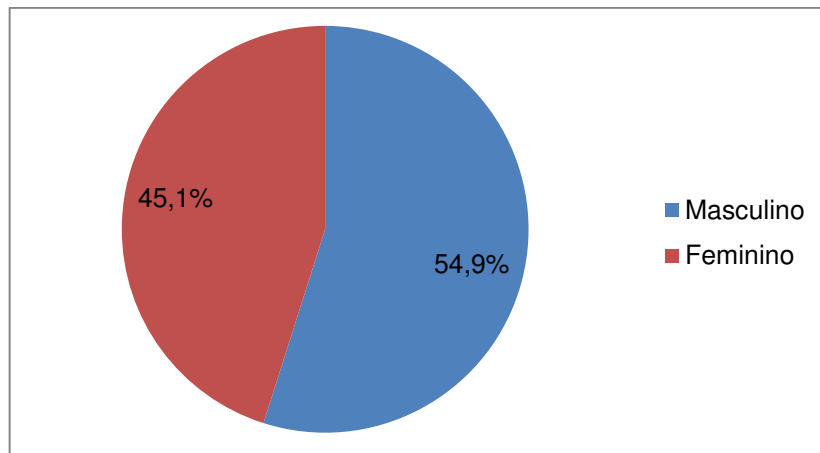
Esta análise divide-se em cinco partes, onde buscou-se a) identificar o perfil dos sujeitos investigados; b) conhecer a percepção dos alunos sobre a organização didático-pedagógica; c) sobre a infraestrutura e instalações físicas do curso de Administração; d) sobre o corpo docente que o compõe; e) e uma visão geral sobre a sua formação acadêmica e profissional. Os resultados desta pesquisa estão apresentados através de gráficos e discussões sobre os percentuais mais relevantes.

6.1 Perfil dos sujeitos investigados

Nesta seção, apontam-se, primeiramente, informações que indicam o perfil dos alunos, respeitando aspectos sociais como sexo, idade e ocupação. É válido considerar que todos esses fatores influenciam a percepção e compreensão acerca do processo ensino-aprendizagem.

Numa amostragem de 51 alunos respondentes ao questionário proposto, no gráfico 1, observa-se que o sexo masculino foi predominante (54,9%), enquanto o sexo feminino representa 45,1%. Esse dado se mostra equivalente à representação masculina no curso de administração desta universidade, pois em sua totalidade, 63% dos 379 alunos ativos no curso são homens.

Gráfico 1 - Sexo

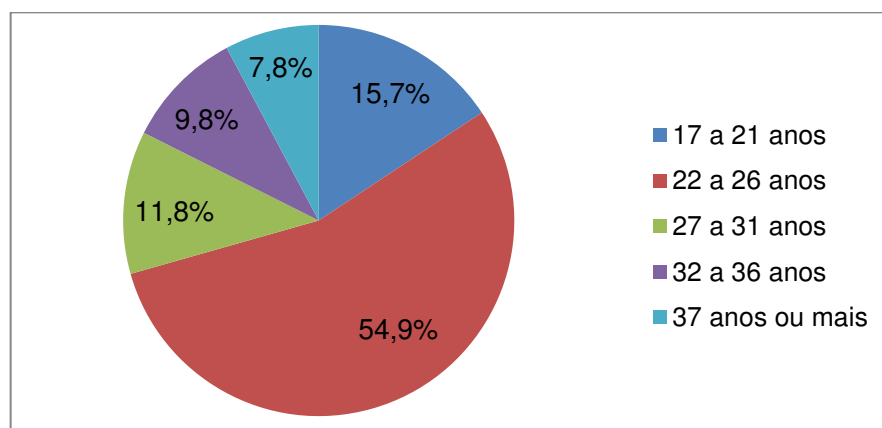


Fonte: Pesquisa realizada pela autora, em 2017

Embora o percentual masculino seja um pouco maior que o feminino, é certo dizer que a inserção da mulher no mercado de trabalho e seu acesso ao ensino superior tenham favorecido a sua presença nesse cenário, pois de acordo com o Censo do Ensino Superior de 2012, divulgado pelo Inep, o curso de administração é igualmente procurado por ambos os sexos. (GUIA DO ESTUDANTE, 2017).

No gráfico 2, pode-se ver um percentual relevante de pessoas jovens no curso de Administração, pois a faixa etária de 22 a 26 anos representa 54,9% dos alunos, podendo ser ainda complementada com os 15,7% daqueles que possuem de 17 a 21 anos, totalizando aproximadamente 70% concentrando-se nas faixas dos mais jovens.

Gráfico 2 - Idade

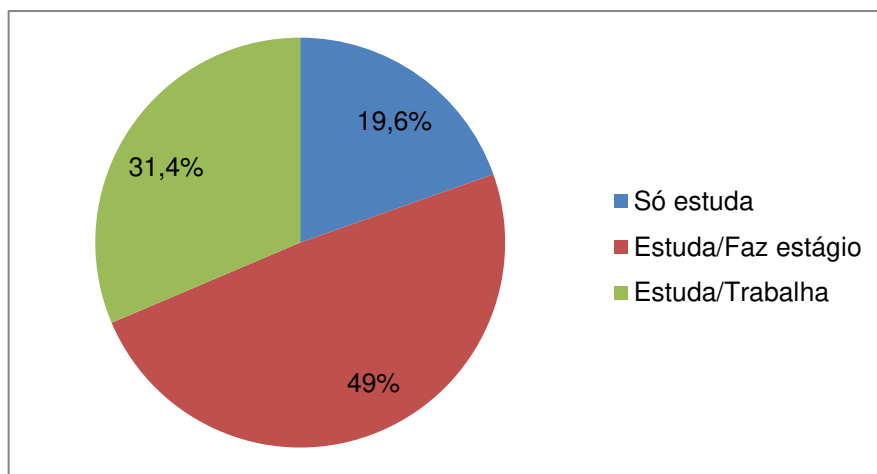


Fonte: Pesquisa realizada pela autora, em 2017

A maior presença dos jovens no curso pode ser entendida pelo fato destes prestarem vestibular cada vez mais cedo, motivados por uma ambição empreendedora, no intuito de desenvolverem um negócio próprio, além de obterem uma formação mais generalista, tendo um amplo conhecimento em diversas áreas, segundo Graziella Comini, em entrevista ao Guia de Carreiras (TENENTE, 2017).

Outro ponto importante para compreendermos os resultados desta pesquisa é saber qual a sua ocupação. Nos resultados do gráfico 3, pode-se notar que em sua relevante maioria, 49% dos alunos estudam e fazem estágio, e outros 31,4% estudam e trabalham.

Gráfico 3 - Ocupação



Fonte: Pesquisa realizada pela autora, em 2017

Para Sullivan (2004) é inegável a possibilidade de aprender com a experiência. Assim, as duas representações caracterizam que 80,4% dos discentes estão vivenciando a teoria e prática de maneira indissociável como bem propõe o projeto pedagógico do curso, de forma a aprimorar o aprendizado colaborando para a sua excelência pessoal e profissional.

6.2 Organização didático-pedagógica

Neste tópico, as assertivas expostas aos sujeitos investigados se fundamentam às questões sobre a organização didático-pedagógica do curso de Administração da Ufma. Estas contemplam o modelo de *Likert* em que deveriam

indicar seu grau de concordância considerando uma escala de 1 a 6, onde 1 equivale a Discordo Totalmente e 6 a Concordo Totalmente (exceto no gráfico 6).

Para uma melhor compreensão destes resultados será utilizado o *Ranking* Médio (RM) proposto por Oliveira (2005), atribuindo-se um valor de 1 a 6 para cada resposta a partir da qual é calculada a média ponderada para cada item, baseando-se na frequência das respostas, utilizando-se da seguinte fórmula:

$$\text{Ranking Médio (RM)} = \frac{\sum (f_i \cdot V_i)}{NS}$$

Onde:

f_i : frequência observada de cada resposta para cada item

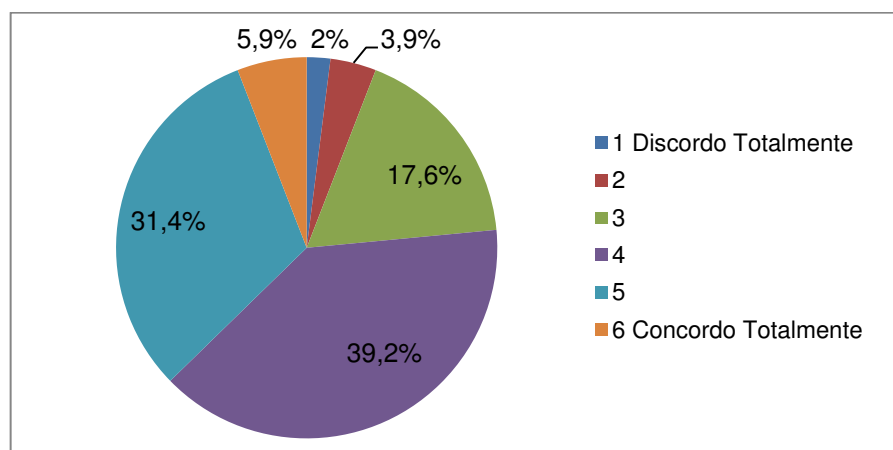
V_i : valor de cada resposta

NS: número de sujeitos da amostra

Quando os valores calculados do RM estiverem entre 4 e 6, indicará a concordância dos sujeitos e, quanto forem entre 1 e 3, apontará alguma discordância. Logo, quanto mais próximo de 6, maior o nível de concordância, e quanto mais próximo de 1, menor.

Os números obtidos no gráfico 4 mostram que o percentual de maior representatividade (39,2%) concorda em grau 4 que as disciplinas ofertadas pelo curso contemplam o conteúdo necessário para a sua formação em Administração. A esse sentimento pode ser acrescentado 31,4% (grau 5) e 5,9% (grau 6) que concordam totalmente. A soma dessas respostas compreendem 76,5% dos respondentes que estão de acordo com o exposto.

Gráfico 4 - As disciplinas ofertadas pelo curso contemplam o conteúdo necessário para sua formação em Administração

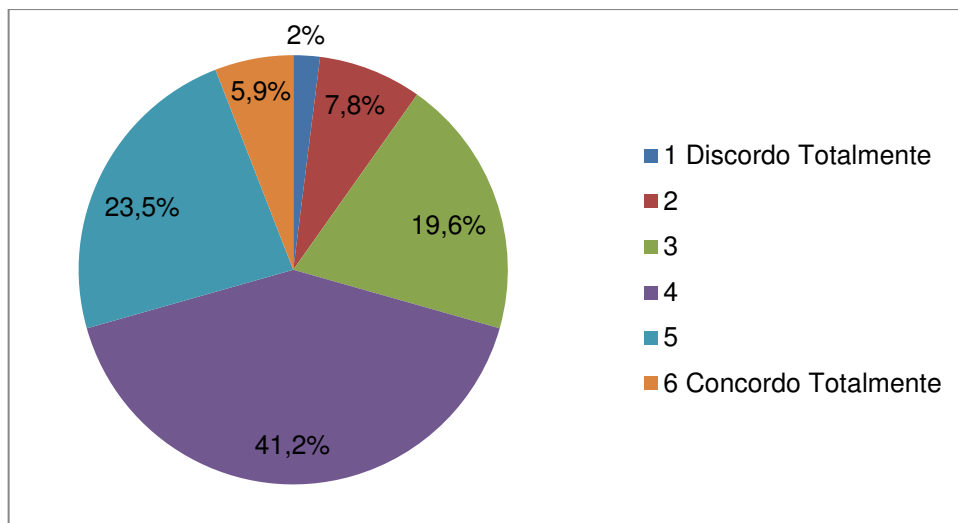


Fonte: Pesquisa realizada pela autora, em 2017

Se considerarmos o *ranking* médio, teremos o valor de 4,1, o que indica grau de concordância, conforme a escala de *Likert*. Logo, pode-se pensar que a composição da estrutura curricular, no que concerne às disciplinas do curso, corrobora para a construção de um Administrador.

Conforme gráfico 5, nota-se que 41,2% concordam (grau 4) que os conteúdos das disciplinas do curso são essencialmente abordados em sala de aula, e vem seguido de 23,5% (grau 5), e 5,9% (grau 6) que concordam totalmente, enquanto 29,4% discordam dessa afirmação, o *ranking* médio teve um valor concordante de 3,9. Vale observar que tais percentuais são semelhantes aos valores apresentados no gráfico anterior, o que leva a perceber uma coerência nas opiniões manifestadas.

Gráfico 5 - Os conteúdos das disciplinas do curso são essencialmente abordados em sala de aula, de modo a favorecer a formação em Administração

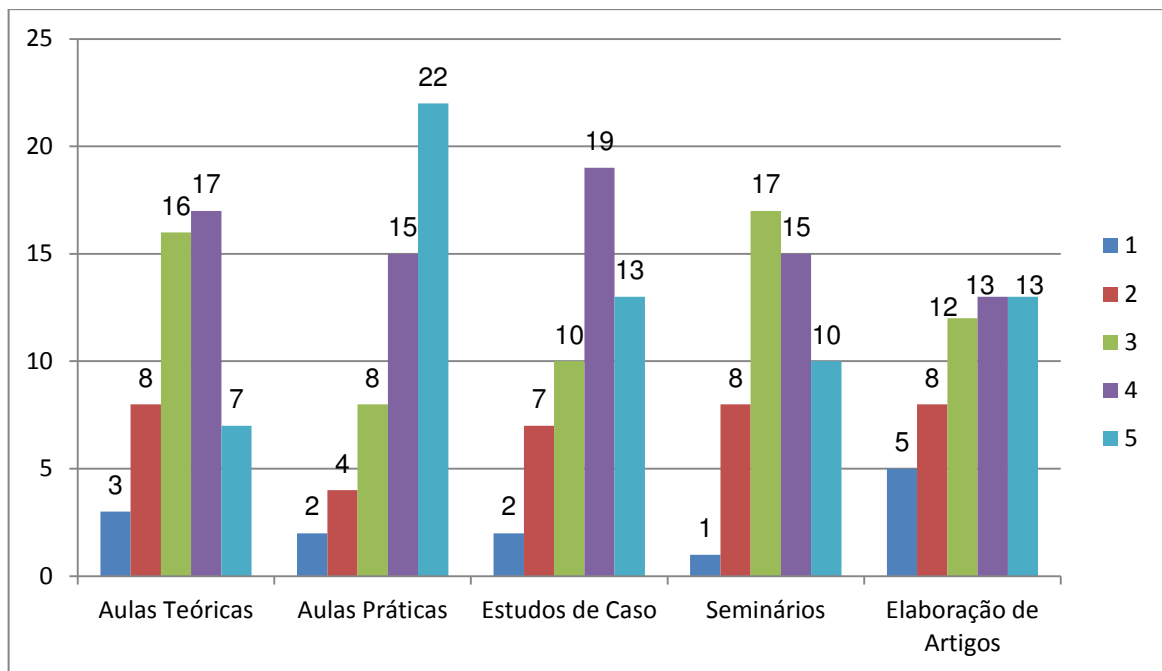


Fonte: Pesquisa realizada pela autora, em 2017

Ao questionarmos sobre quais metodologias de ensino mais motivaram esses alunos a buscarem mais conhecimentos e desenvolver competências, conforme gráfico 6, apresentamos 5 métodos: (a) aulas teóricas, onde 17 discentes deram importância nível 4, e o *ranking* médio de 3,3; (b) aulas práticas, 22 alunos consideram a mais importante, nível 5, sendo o *ranking* médio de valor 4; (c) estudos de caso, 19 alunos disseram ter um nível de importância 4, e *ranking* médio de 3,7; (d) seminários, 17 respondentes avaliaram num nível 3, obtendo uma média de

importância de 3,5; (e) elaboração de artigos, 13 alunos deram grau de importância 5, e outros 13 grau 4, compreendendo um *ranking* médio de 3,4.

Gráfico 6 - Quais as metodologias de ensino do curso que mais motivaram você a buscar mais conhecimentos e desenvolver competências? Assinale ao lado da metodologia, 1 para a menos importante até 5 para a mais importante



Fonte: Pesquisa realizada pela autora, em 2017

Então, considerando os valores do *ranking* médio encontrados, pode-se visualizar que o item aulas práticas (4) foi classificado como a metodologia mais importante nesse aspecto, seguida de estudos de caso (3,7), seminários (3,5), elaboração de artigos (3,4) e aulas teóricas (3,3).

Nesse sentido, os resultados indicam que os alunos consideram as aulas práticas como a metodologia de ensino que mais o motiva a buscar conhecimentos, e as aulas teóricas como a menos importante. Sobre esses dois métodos Freire (1996) diz que a teoria por si só não faz completo o processo ensino-aprendizagem, esta deve estar associada à prática, sendo ambas componentes indissociáveis. Assim, teoria e prática se complementam, onde uma não se fará suficiente sem a

outra, e as duas juntas fomentam uma aprendizagem mais ativa, em que o aluno se torne sujeito atuante desse processo.

Partindo da premissa que o profissional em administração deve ser um tomador de decisão, se torna necessário ensiná-lo a decidir, e de acordo com Martins (2006) o método de estudos de caso possibilita a construção de conhecimento e o desenvolvimento de habilidades, além de estimular competências e características empreendedoras. Tal entendimento justifica a opinião dos alunos ao considerarem seu nível de importância.

Para Veiga (1991) o seminário é uma metodologia que ajuda a desenvolver o senso de investigação e crítico do aluno, pois a partir do momento que este tem que pesquisar e refletir sobre determinado assunto, este adquire a sua independência intelectual, se tornando uma forma de trazer a prática para a sala de aula, além de favorecer o relacionamento interpessoal e o trabalho em equipe.

E não menos importante, trabalhar a elaboração de artigos em sala de aula está em consonância com a proposta da LDB, em incentivar o trabalho de pesquisa e elaboração científica, proporcionando aos alunos a construção de novos conhecimentos, haja vista que busca-lo e discuti-lo permitirá o surgimento de novas verdades. Segundo Marion e Marion (1998), pesquisar cientificamente significa buscar, indagar e investigar, produzindo e formando conhecimento.

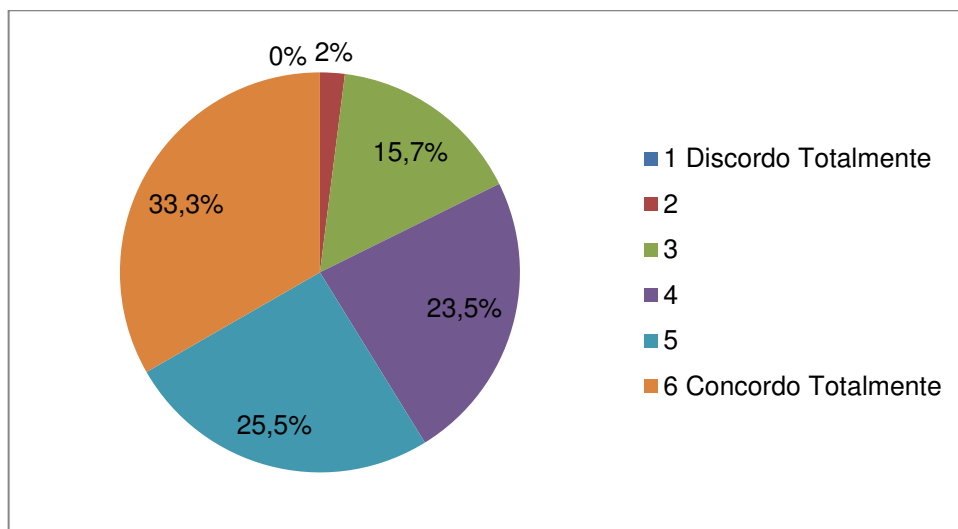
Ainda que as aulas teóricas tenham sido representadas pela menor média ponderada, deve-se considerar a teoria um componente essencial a todas as etapas do pensamento, pois corrobora para por ordem e solução aos dados, bem como fornece instrumentos conceituais para questionar os próprios dados (GIROUX, 1997).

Nesse sentido, não se deve valorizar apenas uma forma de aprendizagem em detrimento de outra, mas deve-se construir o conhecimento de maneira diversificada, reconhecendo a importância dos diversos métodos que uma formação acadêmica requer.

Quanto ao fomento do pensamento crítico do aluno de administração, os resultados do gráfico 7 mostram que 33,3% concordaram totalmente com tal contribuição, e outros 25,5% e 23,5% manifestaram grau 5 e 4, respectivamente, o que significa um *ranking* médio concordante igual a 4,7. Esse dado reflete o

propósito de que trata a educação e o papel da universidade, que é o de formar sujeitos autônomos com capacidade de reflexão e argumentação perante as questões sociais.

Gráfico 7 - O curso contribuiu para a sua capacidade de pensar criticamente, argumentar e refletir sobre as coisas

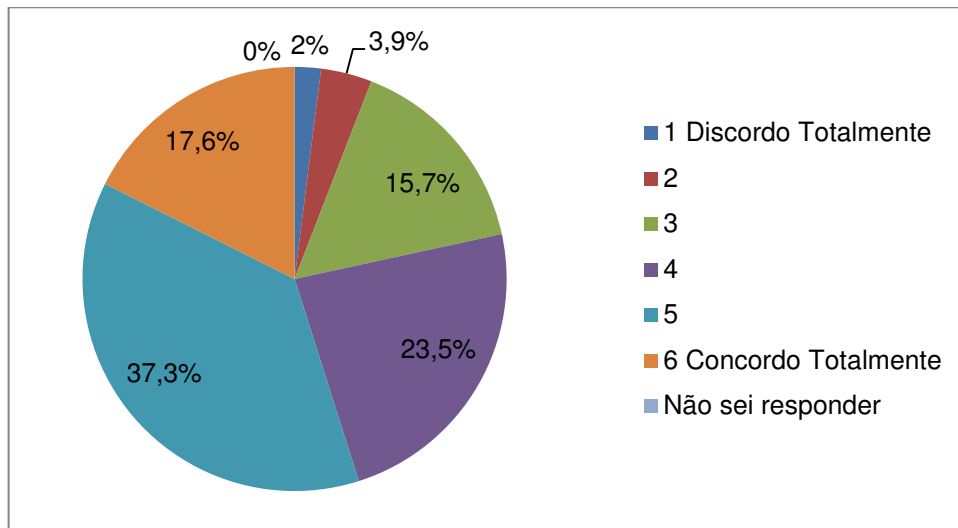


Fonte: Pesquisa realizada pela autora, em 2017

Segundo Freire (2008), ensinar é mais do que transmitir conhecimento ao educando, é estimular o pensamento crítico, a curiosidade, a reflexão e a conscientização, não se limitando ao conteúdo da disciplina, mas se expandindo à criação de uma sociedade consciente, moral e ética. Kanitz (200, p. 21) complementa ao afirmar que “o principal papel da universidade hoje é levar o graduando a apreender a pensar e tomar decisões.”

Quando buscou-se saber se o curso possibilitou a participação dos alunos em atividades extras, nota-se uma distribuição relevante nos números do gráfico 8. A maior representação contempla o grau de concordância de 4 a 6, onde a soma destes 23,5% (4), 37,3% (5), e 17,6% (6) totalizam 78,4% dos alunos que afirmam ter sido possível vivenciar tal experiência, ocasionando um *ranking* médio concordante de 4,4.

Gráfico 8 - O curso possibilitou a participação em atividades extras (projetos de pesquisa, extensão, eventos; minicursos; órgãos representativos-EJ, CA; dentre outros...)

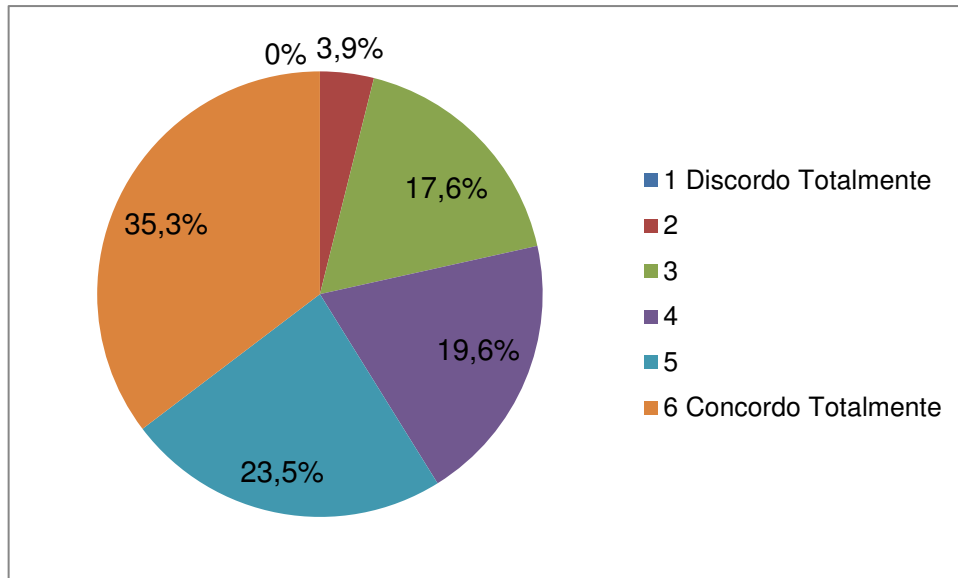


Fonte: Pesquisa realizada pela autora, em 2017

A possibilidade de participação do aluno em atividades extras referente ao curso de Administração corresponde a uma ação pedagógica inovadora, em que há maior interesse e engajamento desses alunos em colocar em prática o que foi aprendido em sala de aula. Pois como Cunha (1991, p. 65) afirma, “a linguagem do saber deve corresponder a linguagem da ação”.

Quando indagados sobre sua satisfação no que tange ao serviço prestado pela coordenação do curso, a partir do gráfico 9 vimos que 35,3% concordaram totalmente, 23,5% manifestaram grau 5, e outros 19,6% grau 4. Embora a maior representação esteja satisfeita com a coordenação de curso, há um percentual de 17,6% e 3,9% que não se mostram tão satisfeitos assim. Entretanto, o *ranking* médio aponta concordância num valor 4,7.

Gráfico 9 - A coordenação do curso demonstrou presteza nas orientações acadêmicas e resolutividade nas demandas dos estudantes.

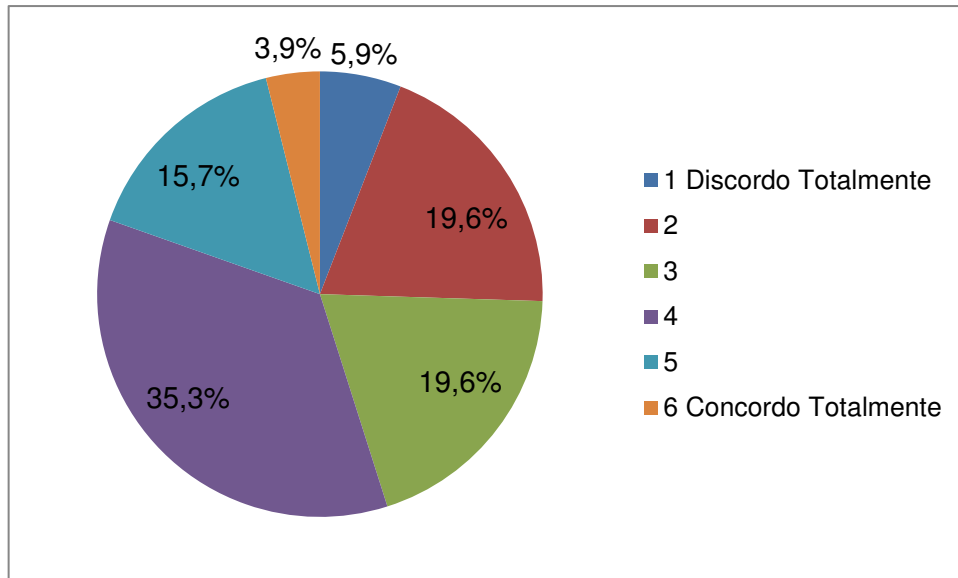


Fonte: Pesquisa realizada pela autora, em 2017

Tal concordância nos faz compreender que a coordenação de curso exerce seu papel de mantenedora da qualidade da educação, buscando o desenvolvimento e gestão de qualidade. Anastasiou (2009) reflete sobre o termo “coordenação”, dando destaque ao prefixo “co”, que significa estar próximo, situando-se em várias dimensões da organização educacional.

No que confere a relação teoria e prática vivenciada no curso, os acadêmicos dividiram opiniões. No gráfico 10 verifica-se que 45,1% se expressaram em escala de 1 a 3, o que compreende certo grau de discordância nesse aspecto, enquanto 54,9% concordam em um grau de 4 a 6, revelando um *ranking* médio razoável de 3,5. Esse último percentual pode ser justificado com base no gráfico 3, em que a maioria dos respondentes já estão vivenciando a prática, seja no estágio ou trabalho.

Gráfico 10 - O curso proporcionou a relação teoria e prática durante a experiência acadêmica

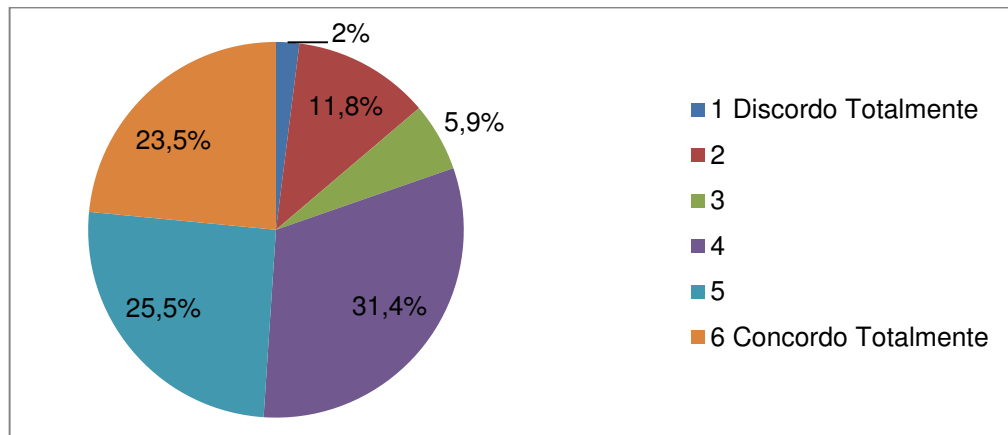


Fonte: Pesquisa realizada pela autora, em 2017

Tratando-se de curso de graduação, é certo que a relação entre teoria e prática pode ser melhor percebida no momento do estágio curricular ou mesmo do trabalho, que conforme Silva (2003 apud GUEDES, 2009) é onde há uma integração entre teoria aprendida no curso de graduação e os conhecimentos advindos da observação e participação em situações reais no ambiente organizacional.

Como complemento ao gráfico anterior, os dados do gráfico 11 mostram que 31,4% e 25,5% concordam em grau 4 e 5, respectivamente, que as atividades práticas contribuem para formação do profissional em Administração, e mais 23,5% concordam totalmente com tal assertiva. E aqueles 19,7% que se expressaram de 1 a 3, pode-se concluir que estão diretamente relacionados aos 19,6% que só estudam, apresentados no gráfico 3. Assim, o *ranking* médio mostra concordância em valor 4,4.

Gráfico 11 - As atividades práticas contribuíram para sua formação profissional

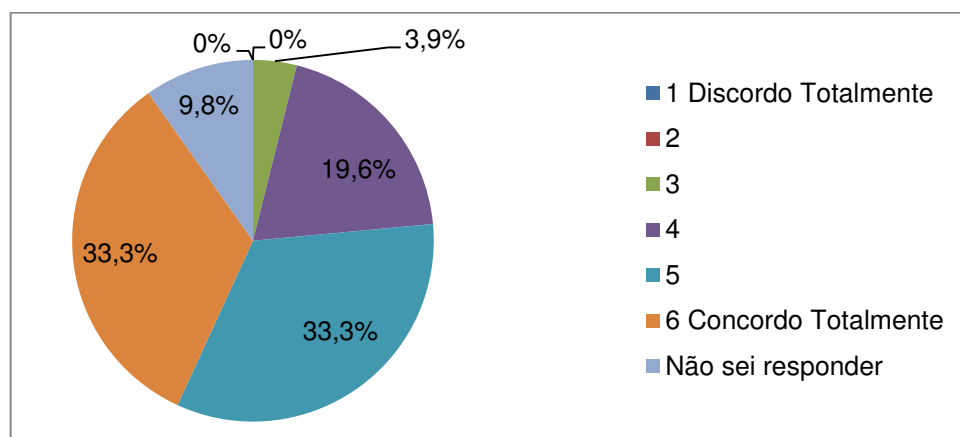


Fonte: Pesquisa realizada pela autora, em 2017

Portanto, a concepção de prática aqui pode ser entendida como um componente curricular presente no curso de administração, que designa a atividade prática diferente da teórica, de forma a favorecer o exercício da atividade profissional, seja no campo de estágio ou no mercado de trabalho.

O gráfico 12 mostra que 33,3% concordaram totalmente, e outros 33,3% e 19,6% indicaram grau 5 e 6, enquanto uma ínfima minoria (3,9%) revelou discordância em nível 3, e 9,8% não souberam responder. Assim, há uma forte concordância de 4 a 6, representada por 86,2% dos respondentes, e tendo um *ranking* médio de 4,6. Pode-se entender que os que não souberam responder, são parte daqueles que só estudam (gráfico 3), e ainda não vivenciaram a experiência do estágio.

Gráfico 12 - O estágio supervisionado corroborou para a formação em Administração



Fonte: Pesquisa realizada pela autora, em 2017

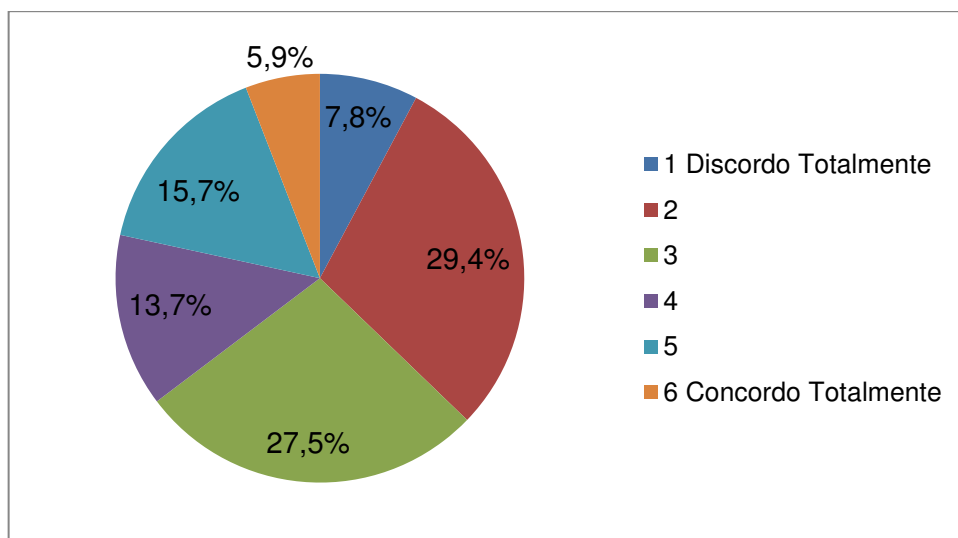
A média ponderada revela conformidade com a proposta de formação profissional do curso integrando o ensino à prática como componentes indissolúveis, como estabelece a Norma Complementar nº 03/2009¹ sobre Estágio Curricular Supervisionado em Administração.

Heleno (2008) diz que para o aluno que está em fase de conclusão de um curso, o qual se direcionou esta pesquisa, o estágio é uma atividade de múltiplas possibilidades, em que a maior expectativa é a de se colocar em prática muitos anos de teoria.

Sobre esses dois últimos gráficos, pode-se fazer referência a Silva (2003 apud GUEDES, 2009) ao considerar um aspecto importante sobre a distinção entre prática e estágio, pois o que antes podia ser compreendido num mesmo conceito, estas passam a ser cumpridas em duas modalidades: práticas pedagógicas e estágio profissional supervisionado.

Diferente do que já foi apresentado, o gráfico 13 apresenta um percentual maior de discordância, 7,8% discordam totalmente, 29,4% grau 2, e 27,5% grau 3, somados são 64,7% dos respondentes que apontam não haver incentivo à produção científica, enquanto 35,3% concordam entre grau 4 e 6. O *ranking* médio revela apenas 3,2 para este resultado.

Gráfico 13 - Há incentivo à produção científica aos alunos como parte do processo de ensino-aprendizagem



Fonte: Pesquisa realizada pela autora, em 2017

¹ Documento pesquisado na Coordenadoria do Curso de Administração da Ufma.

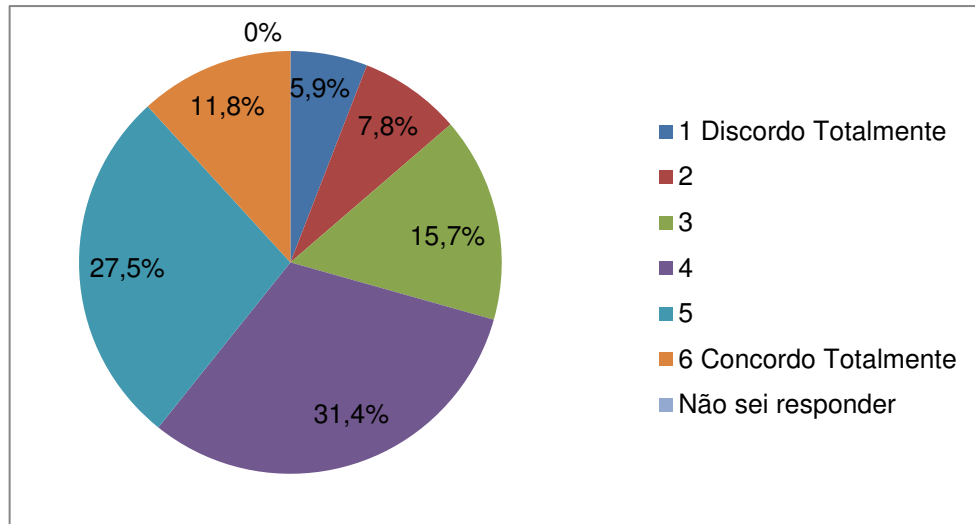
De acordo com Severino (2000, p. 19), produzir cientificamente consiste em um “conjunto de processos de estudo, de pesquisa e de reflexão que caracterizam a vida intelectual do universitário”. A fraca concordância a essa assertiva representa uma carência à construção científica do conhecimento no curso de Administração, o que pode ter como consequência o não favorecimento ao desenvolvimento de profissionais capacitados e comprometidos com o futuro da ciência a qual a educação propõe, além de acarretar em uma dificuldade do aluno na construção do seu próprio trabalho de conclusão de curso.

6.3 Infraestrutura e instalações físicas

Tratar da avaliação de curso de graduação implica também em conhecer a sua infraestrutura e instalações físicas, haja vista que esta dimensão possui influência no processo de ensino-aprendizagem, e este tópico discutirá a respeito dessas condições.

O gráfico 14 mostra que 70,7% (grau 4 a 6) dos alunos consideram a infraestrutura das salas de aula, coordenação, Empresa Júnior e Centro Acadêmico adequada, isso pode ser justificado pelo fato de o curso funcionar no Centro Pedagógico Paulo Freire, um dos prédios mais novos da instituição, que possuem amplas salas de aulas, climatizadas, com cadeiras e mesas suficientemente necessárias para a demanda de alunos e sala da coordenação. E no que tange à Empresa Júnior, esta se localiza no prédio de empreendedorismo, dentro da própria universidade. Na percepção da autora, também aluna do curso, o percentual restante (29,3%) discordante que apontaram grau 1 a 3, devem se referenciar às falhas estruturais e falta de manutenção do prédio Paulo Freire, haja vista os constantes problemas nos banheiros, bebedouros, e alagamentos quando chove.

Gráfico 14 - A infraestrutura dos ambientes de salas de aulas, coordenação, Empresa Júnior, Centro Acadêmico são adequadas

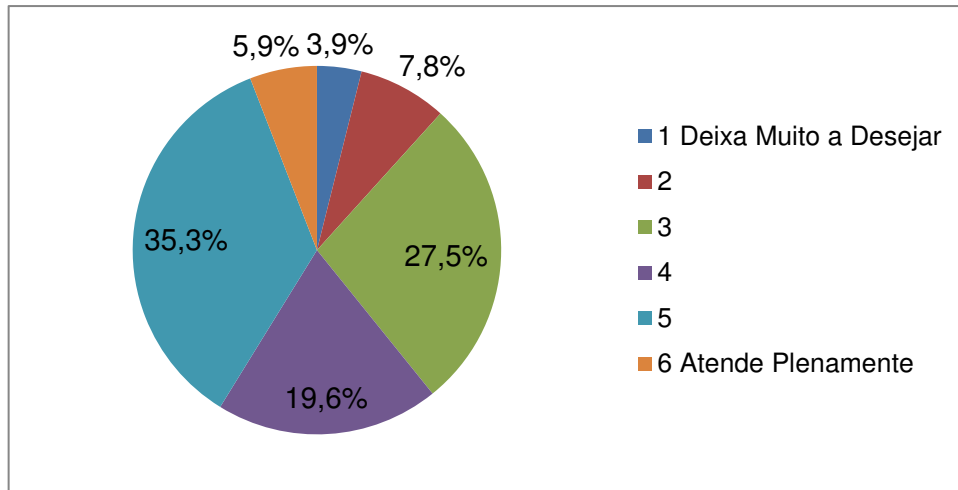


Fonte: Pesquisa realizada pela autora, em 2017

Para o *ranking* médio foi calculado valor 4, o que representa uma razoável concordância dos respondentes. Nesse aspecto pode-se entender que a infraestrutura na educação, entenda-se infraestrutura como “tudo aquilo que o dinheiro pode comprar”, como afirma Satyro e Soares (2008, p. 9), é de suma importância na definição dos resultados educacionais, não devendo ser tratado com irrelevância.

A infraestrutura no ambiente educacional contempla não somente a estrutura física do curso de graduação, mas também os insumos necessários para promover o ensino. A assertiva representada pelo gráfico 15 se refere aos materiais e equipamentos utilizados em sala de aula, e com base nos resultados, pode-se perceber que 60,8% indicam algum grau de satisfação, enquanto outros 39,2% se mostram insatisfeitos em algum momento.

Gráfico 15 - Como você avalia os materiais, equipamentos e tecnologias utilizados em sala de aula?

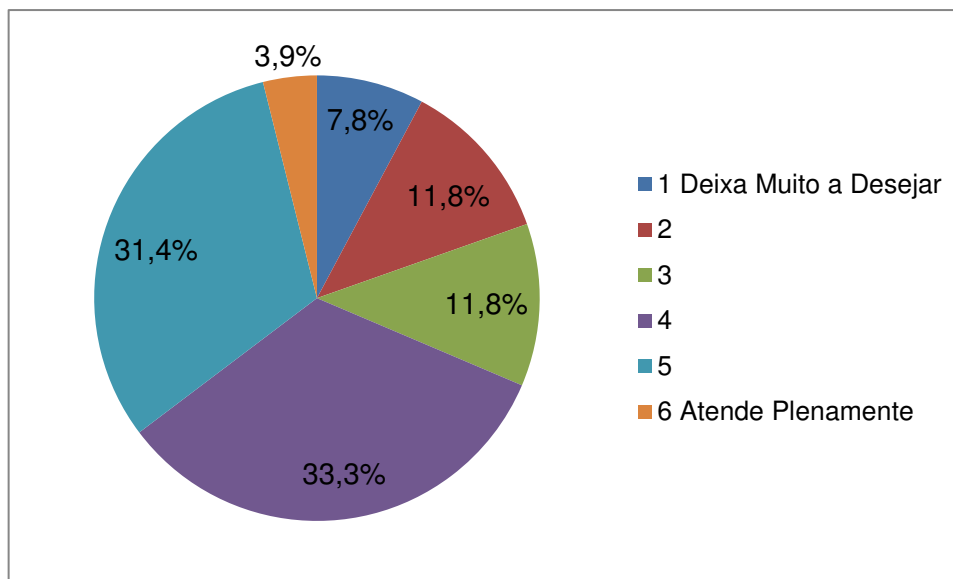


Fonte: Pesquisa realizada pela autora, em 2017

O *ranking* médio resultou em 3,9, caracterizando um atendimento razoável às exigências dos alunos. Entretanto, o percentual insatisfeito pode-se justificar pela carência dos recursos utilizados em salas de aula, haja vista que a grande maioria dos professores ministram aulas expositivas fazendo uso de apresentações em *power point*. Portanto, se limitar a um método de ensino, usando apenas um recurso pode tornar a aula desinteressante e dispersar a atenção do aluno no momento do aprendizado.

No que diz respeito à quantidade de funcionários e professores para atender à demanda acadêmica, observa-se no gráfico 16 que 33,3% disseram atender a um nível 4, 31,4% nível 5, e outros 3,9% afirmam que atendem plenamente, totalizando em 68,6% satisfeitos, e num *ranking* médio de 3,8. Já 31,4% disseram deixar a desejar em algum grau. Sobre esse percentual menor, pensa-se que a insatisfação destes alunos está ligada a não oferta de disciplinas da qual ele esteja precisando cursar, devido à indisponibilidade de professor para lecioná-la, algo que infelizmente acontece não só no curso de administração, mas em vários outros cursos, haja vista a dependência de professores de outros departamentos.

Gráfico 16 -No que diz respeito à quantidade de funcionários e professores para atender à necessidade acadêmica, você considera que:



Fonte: Pesquisa realizada pela autora, em 2017

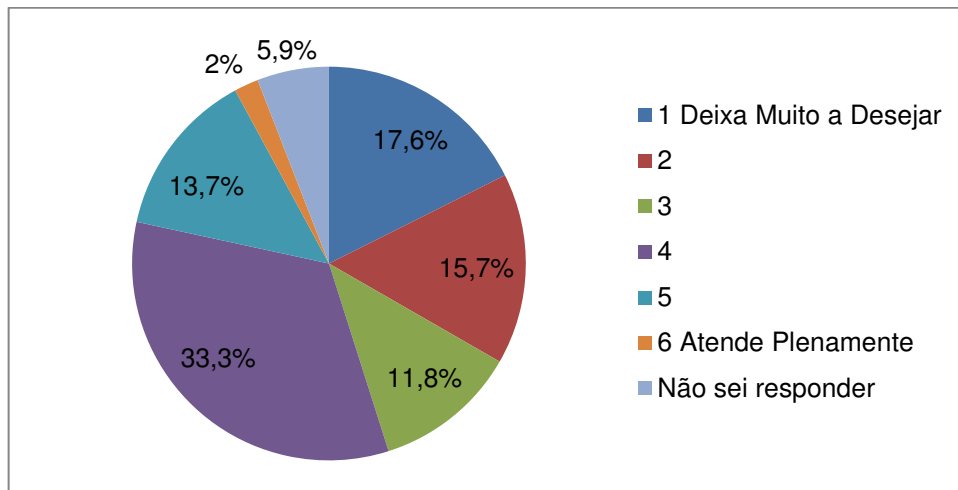
Desta forma, é válido ressaltar que a quantidade de funcionários, e especialmente de professores, afeta diretamente na qualidade da educação e na percepção que os alunos têm do curso, pois quanto maior a disponibilidade de professores, maiores as chances dos alunos em concluírem a graduação no tempo previsto, sem atrasos.

Sobre o acervo disponível na biblioteca central para livros referentes à área de administração, de acordo com o gráfico 17, 49% acham que atendem às suas necessidades, enquanto 17,9% disseram deixar muito a desejar, seguido de 27,5% que também estão insatisfeitos em nível 2 e 3, e mais 5,9% não souberam responder, revelando uma fraca satisfação com um *ranking* médio de valor 3.

Embora pequeno, o percentual de 5,9% que não souberam responder a essa questão nos chama atenção, pois a partir daqui entende-se que estes são alunos que desconhecem a biblioteca da universidade em que estuda, alunos sujeitos desta pesquisa que já estão no último ano do curso e nunca foram à biblioteca, e por isso não souberam opinar. Todavia, esse fato pode ser justificado com o advento da *internet* e de novas tecnologias da informação e comunicação que conforme Costa (2013) esses avanços possibilitaram o acesso à informações, sem

barreiras de tempo e de espaço, pois hodiernamente é natural a preferência por buscar informações navegando em *sites* do que em livros.

Gráfico 17 - Os livros disponíveis na biblioteca, referentes ao curso, correspondem às necessidades dos estudantes



Fonte: Pesquisa realizada pela autora, em 2017

Contudo, é certo que há a necessidade de existência de bibliotecas de qualidade, com livros diversos e atuais que complementem o aprendizado do aluno, pois o livro é um instrumento de grande importância para o ensino, se tornando uma ferramenta utilizada como fonte de consulta e revisão, estimulando discussões a fim de promover o conhecimento sobre determinado assunto (VASCONCELOS; SOUTO, 2003).

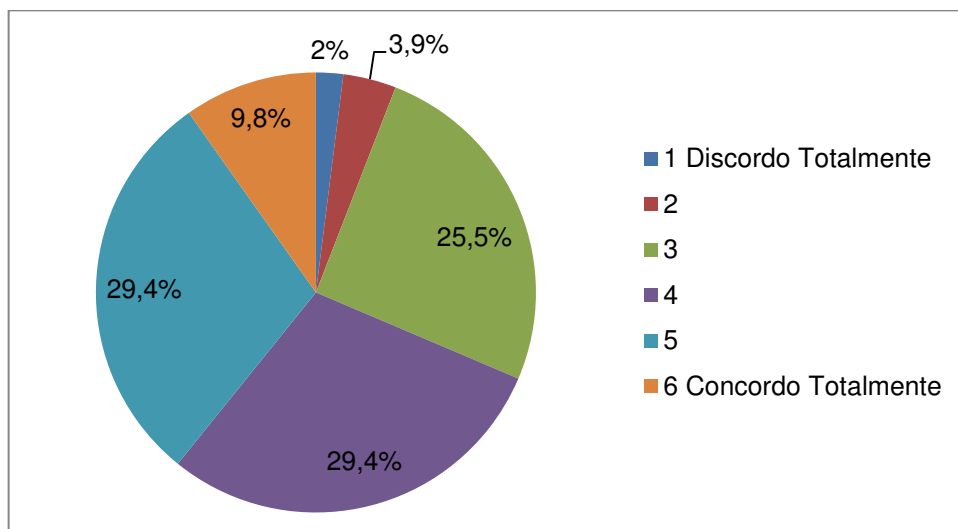
Logo, se compreendermos a universidade como principal espaço de aprendizagem ao aluno em formação, vê-se a importância de uma estrutura adequada, com instalações físicas, materiais e equipamentos que forneçam subsídios, juntamente com a competência e habilidade do corpo docente, para se trabalhar uma educação de qualidade, formando profissionais aptos para uma atuação de excelência no mercado de trabalho.

6.4 Corpo docente

Aqui, as assertivas expostas aos alunos tratam sobre o corpo docente do curso de Administração da Ufma, e os resultados apurados estão representados em percentuais e no cálculo do *ranking* médio também.

Através dos números obtidos conforme gráfico 18, 68,6% dos alunos afirmam que a sua relação com os professores do curso lhes motivaram a buscar por mais aprendizado, enquanto 25,5% não concordam em grau 3, seguido de 5,9% que também discordam em nível 1 e 2, tendo um *ranking* médio concordante de valor 4,1.

Gráfico 18 - A sua relação com os professores do curso estimulou a sua busca por aprendizado

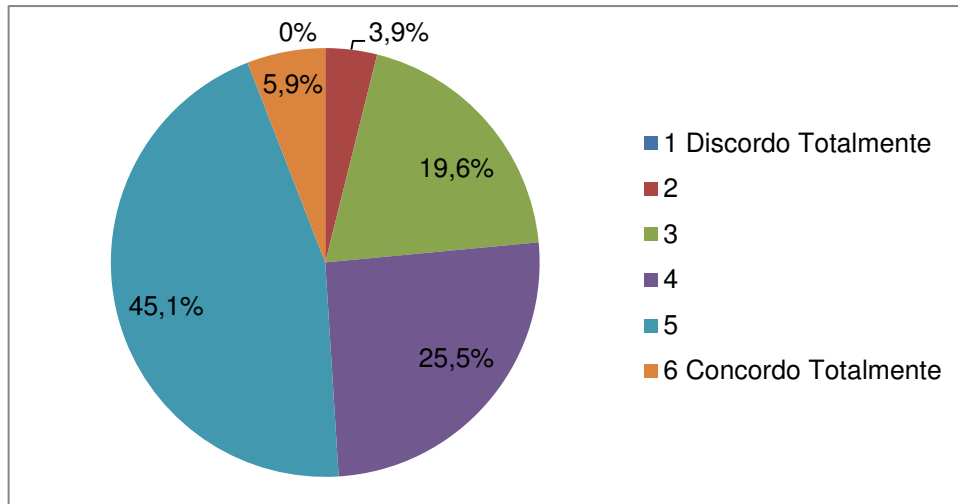


Fonte: Pesquisa realizada pela autora, em 2017

Hilgard e Atkinson (1953) compreendem que despertar a motivação ao aluno se torna aspecto mais importante que a própria aprendizagem, se revestindo aí de total relevância para que o aluno se sinta estimulado a buscar por mais conhecimento. Tal proposta se alinha à afirmação de Fita (2003) ao dizer que os modelos de aprendizagem e ensino devem estar repletos de ideias relacionadas à motivação, para que os alunos realmente aprendam.

No que está relacionado ao domínio de conteúdo por partes dos professores, de acordo com o gráfico 19, os alunos demonstraram uma forte concordância, totalizando 76,5% dos respondentes que avaliam positivamente, num grau 4 a 6. Mas há ainda uma minoria representada por 23,5% que discordam em nível 2 e 3, resultando num *ranking* médio positivo de valor 4,3.

Gráfico 19 - O corpo docente demonstrou domínio de conteúdo nas disciplinas por eles ministradas



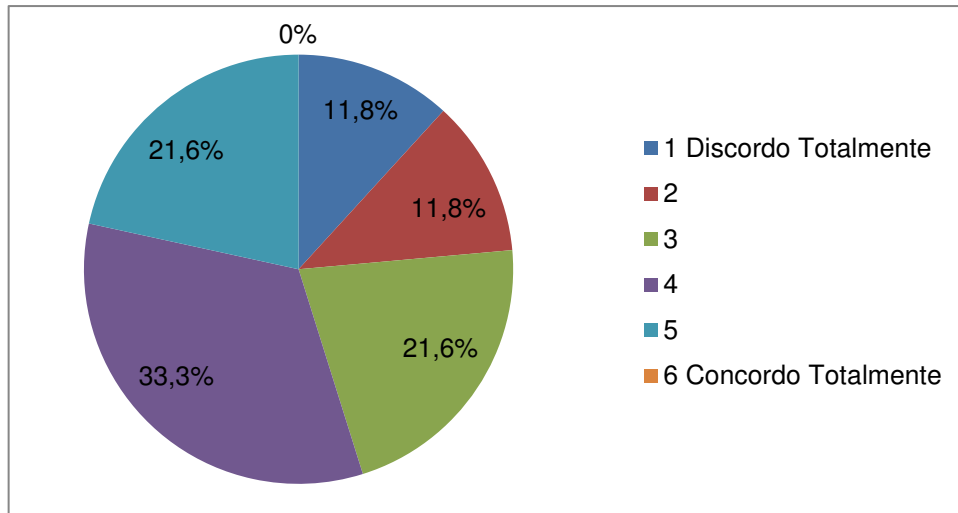
Fonte: Pesquisa realizada pela autora, em 2017

A partir da visão da maioria dos alunos entende-se que o domínio de conteúdo de um professor implica, previamente, num acúmulo de conhecimento acadêmico aprendido na sua formação, caracterizando-se como algo de extrema relevância para o aprendizado do aluno. Sobre isso, Schön (1983) vai além, e diz que o domínio profissional é construído e desenvolvido com base nas suas experiências, recorrendo a outras dimensões que não podem ser limitadas a um único campo do conhecimento, ou seja, é a junção do conhecimento científico e de outras situações que a prática docente exige.

De acordo com Freire (2003) o professor deve intervir, e não apenas facilitar o ensino, e isso reflete na exigência da formação docente para o exercício pleno de sua função pedagógica. Entretanto, enquanto articulador do processo ensino-aprendizagem, não precisa saber apenas o conteúdo, mas também como ensinar aquele conteúdo.

No gráfico 20 estão os resultados sobre os métodos de avaliação utilizados pelos professores, e 54,9% (grau 4 e 5) consideram tais avaliações eficazes para pedir a aprendizagem do aluno, sendo que nenhum concorda totalmente. E outros 45,1% apresentam uma discordância (grau 1 a 3), onde 11,8% discordam totalmente. Esses percentuais resultam num *ranking* médio baixo de valor 3,4.

Gráfico 20 - As avaliações realizadas durante o curso mostram-se eficazes para medir a aprendizagem



Fonte: Pesquisa realizada pela autora, em 2017

A parte discordante (45,1%) nos revela uma insatisfação dos alunos em relação a eficácia dos métodos de avaliação utilizados atualmente. Nesse sentido, abre-se alguns questionamentos. Por que esses alunos discordam dos métodos utilizados? Como se deve avaliar? Qual a melhor maneira de avaliar a aprendizagem dos alunos de Administração? Essas indagações podem ser respondidas se considerarmos os resultados obtidos no gráfico 6, que se referem a algumas metodologias que são utilizadas em sala de aula possibilitando um maior detalhamento dos métodos considerados mais interessantes para eles.

Aulas práticas (RM 4) foi o item apontado como o de maior importância para o aprendizado, e aulas teóricas como o de menor relevância (RM 3,3). Porém, deve-se relacionar o aspecto teórico e prático em sala de aula, em um mesmo grau de importância, sendo imprescindível para avaliação e aprendizado do aluno.] (SAVIANI, 2008).

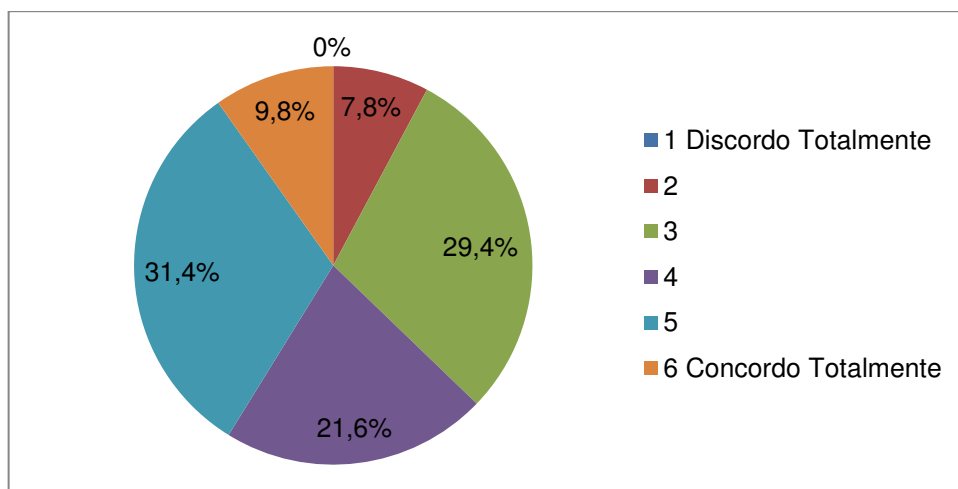
Relacionando ainda com o gráfico 6, onde a utilização de estudos de caso (RM 3,7) foi considerado o segundo método mais importante, é certo que estes podem se mostrar eficientes como instrumento de avaliação, pois apesar de se tratar de situações, que podem ser hipotéticas ou reais, é o que mais aproxima o aluno de uma vivência, sobretudo quando existem dificuldades em experiências práticas (MARTINS, 2006).

Tendo ainda os seminários (RM 3,5) como forma de estimular o discente a aprender de maneira mais aprofundada uma temática, corroborando para o fortalecimento dos seus relacionamentos interpessoais proporcionado pela dinâmica do grupo (VEIGA, 1991). E a elaboração de artigos (RM 3,4), que aproxima o aluno a várias fontes de conhecimento e o incentiva a produção científica e aprendizado (MARION; MARION, 1998).

Logo, avaliar o aprendizado de maneira eficaz não implica em apenas um método, mas num leque de possibilidades que se alinham ao pensamento de Gerard (2002) ao afirmar que a avaliação trata de algo muito complexo e subjetivo, envolvendo diversos instrumentos e métodos requeridos por uma ampla visão sobre a educação, sendo necessário dar espaço a novas formas de avaliar e inferir o desempenho do aluno de graduação, não devendo se limitar às tradicionais práticas já utilizadas (provas).

Tratando ainda da relação professor-aluno, no gráfico 21 observa-se que 62,8% dos estudantes acham os professores acessíveis e disponíveis mesmo fora da sala de aula, e 9,8% (nível 6) destes concordam totalmente, contra 37,2% que discordam num grau 2 e 3, obtendo um *ranking* médio de valor concordante igual a 4.

Gráfico 21 - Os professores do curso se mostram acessíveis e disponíveis para além da sala de aula



Fonte: Pesquisa realizada pela autora, em 2017

É certo que uma boa relação professor-aluno é de grande importância para facilitar o processo ensino-aprendizagem, mas esta relação deve ultrapassar a sala de aula, a fim de determinar uma intencionalidade na construção desses sujeitos e fortalecer os laços entre eles.

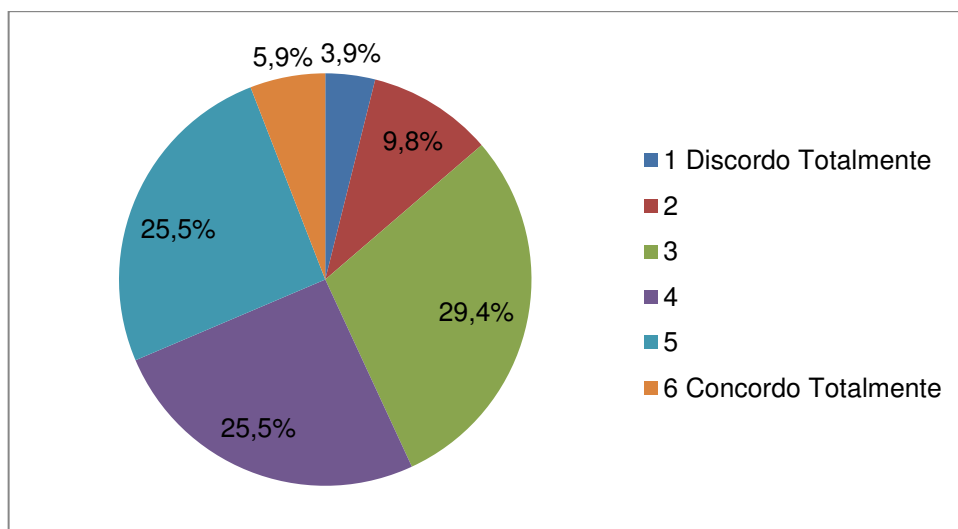
Para Vallejo (1999) a relação do professor com os alunos pode e deve definir positivamente no aprendizado deles, não só nas disciplinas, e na sua própria satisfação pessoal e profissional, devendo esta ser considerada como uma relação profissional, sem deixar de lado um aspecto que diz respeito diretamente da eficácia do que feito.

6.5 Formação acadêmica e profissional

Este último tópico compreende as assertivas que buscam apresentar os resultados sobre o curso de maneira mais ampla, sem especificações.

No gráfico 22, 56,9% (grau 4 a 6) dos respondentes demonstraram estar de acordo com a estrutura oferecida pelo curso no que tange ao atendimento das exigências do mercado de trabalho, já 43,1% (grau 1 a 3) discordam de tal colocação, resultando num *ranking* médio razoável de 3,8.

Gráfico 22 - O curso oferece a estrutura necessária para atender às exigências do mercado de trabalho



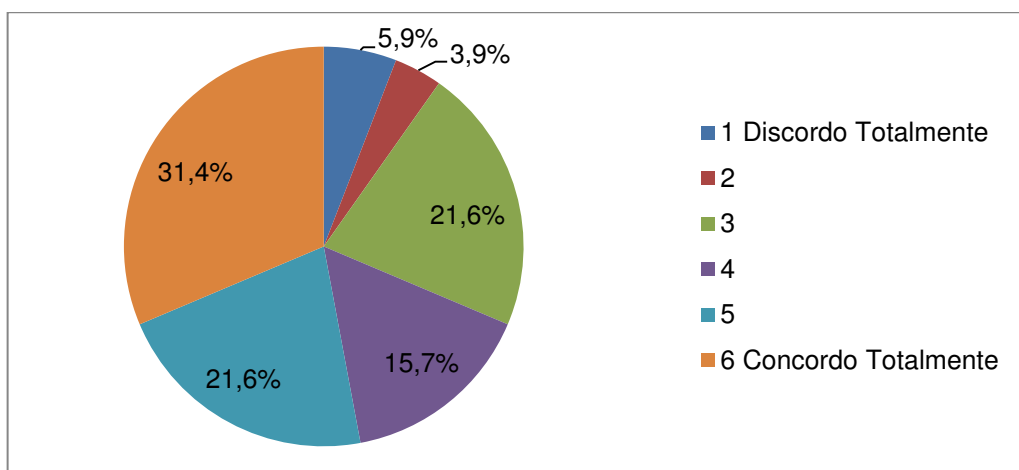
Fonte: Pesquisa realizada pela autora, em 2017

Esses valores denotam certa equivalência nas opiniões dos estudantes, em que parte se mostra satisfeita, e outra parte insatisfeita com a estrutura do curso. Embora seja um fator preocupante, se considerarmos os 43,1% discordante, é necessário ver que estes resultados influenciam na busca pela melhoria do curso de Administração, se tornando aspecto motivador de continuidade por uma educação superior de qualidade.

Logo, o curso deve se adequar ao contexto dinâmico do mercado de trabalho, fomentando um debate contemporâneo sobre qualidade no ensino em administração. De acordo com Kotler e Fox (1994), uma instituição de ensino de qualidade se relaciona com as pessoas que a frequentam, pois possuindo boa imagem de qualidade e excelência, sempre terá clientes potenciais, assim requer preocupação permanente com o ensino e a qualidade deste.

A respeito desta qualidade, o gráfico 23 apresenta a compreensão do aluno sobre a representatividade de fazer parte de um curso nota máxima no Enade. O maior percentual encontrado (31,4%) concorda totalmente que tal condição possibilita melhores oportunidades de trabalho, seguido de 21,6 % e 15,7% concordantes em grau 5 e 4 respectivamente, totalizando 68,7%. Entretanto, há ainda aqueles que acreditam que ser nota máxima no exame não os favorece no mercado de trabalho, onde 31,4% discordam da assertiva proposta, revelando uma maioria concordante e um *ranking* médio de valor 4,4.

Gráfico 23 - Recentemente, o curso de Administração da Ufma obteve o conceito máximo no Enade, nota 5. Fazer parte de um curso nota máxima possibilita melhores oportunidades de trabalho.

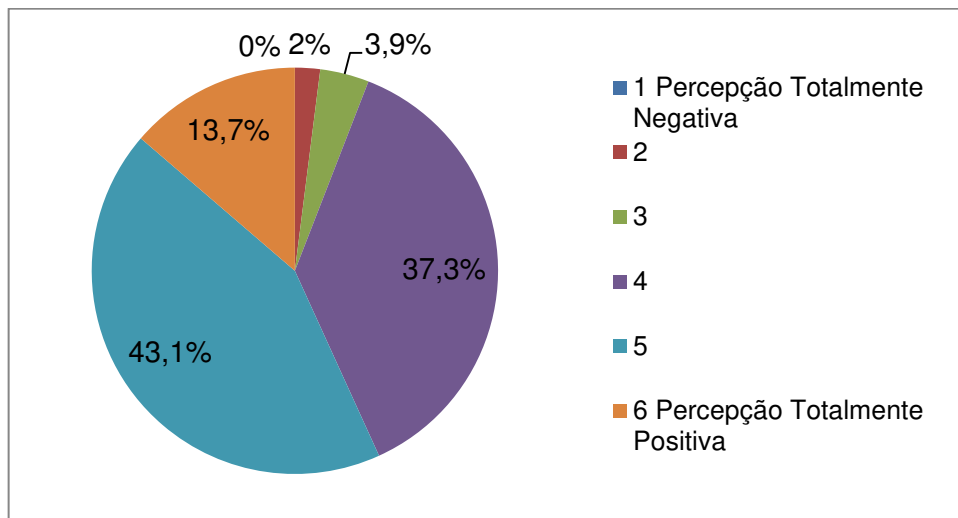


Fonte: Pesquisa realizada pela autora, em 2017

É sabido, com base nos capítulos anteriores, que o Enade é um indicador de qualidade e excelência dos cursos de graduação e das IES. Porém, os estudantes demonstraram não compreender a relevância do exame, e de sua nota máxima, haja vista os 31,4% discordante. Deste modo, vale refletir sobre alternativas para estimular o envolvimento do aluno, onde este reconheça a importância do seu papel no processo avaliativo do curso.

O gráfico 24 mostra, em sua maioria, uma percepção favorável sobre o curso de Administração da Ufma, em que 94,1% (grau 4 a 6) se manifestaram de forma positiva, com base nas experiências vivenciadas durante a graduação, enquanto um percentual mínimo de 5,9% disseram ter uma percepção negativa. De modo geral, o *ranking* médio resulta num valor de 4,6 positivo para tal assertiva.

Gráfico 24 - Com base nas suas experiências acadêmicas, utilize a escala para manifestar a sua percepção sobre o curso

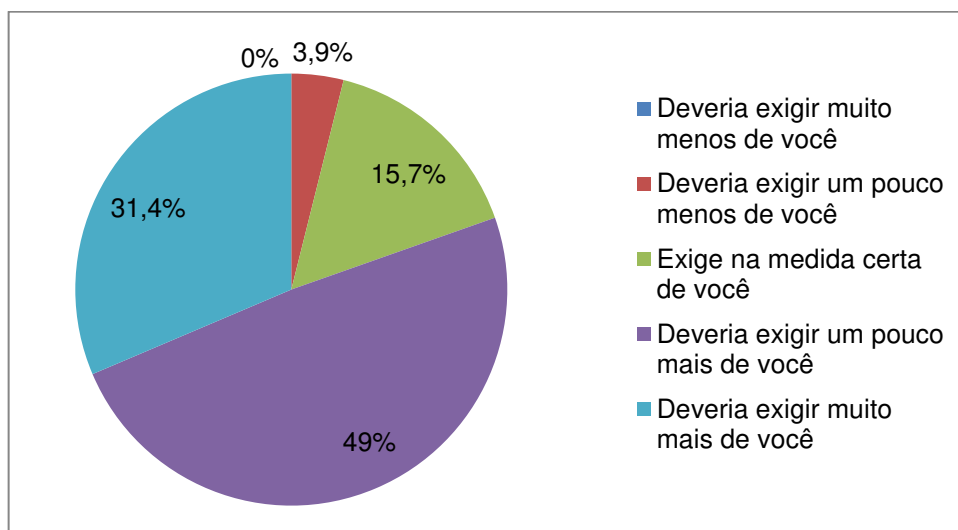


Fonte: Pesquisa realizada pela autora, em 2017

Nesse sentido, vê-se que os alunos estão muito mais satisfeitos do que insatisfeitos com o curso. Para Freire (1985), a inclusão do homem que se educa é fundamental para o processo da educação, e tal afirmativa deve ser considerada para o processo avaliativo do curso também. Daí a importância de se conhecer a percepção dos alunos sobre o curso, pois é a partir disso que se pode tomar decisões na gestão educacional que atendam às exigências dos estudantes e do mercado de trabalho, e como consequência, possibilitar a melhoria do curso.

Por último, buscou-se investigar que nível o curso deveria exigir desses alunos, como mostra o gráfico 25. Observa-se que 49% acham que o curso deveria exigir um pouco mais, 31,4% afirmam que deve exigir muito mais, 15,7% acreditam exigir na medida certa, e outros 3,9% pensam que deveria exigir um pouco menos. Neste caso, parte daqueles que esperam mais exigência do curso, podem estar relacionados com os 19,6% (gráfico 3) que só estudam, e os 49% (gráfico 3) que estudam e fazem estágio, bem como os 70,6% (gráfico 2) das categorias de idades mais jovens, justificado por estes estarem mais dispostos a atender às demandas de uma academia mais exigente. Enquanto os que acreditam que o curso exige na medida certa ou que deve exigir um pouco menos, podem estar relacionados aos 31,4% (gráfico 3) que estudam e trabalham, e às categorias de idade mais adulta (gráfico 2).

Gráfico 25 - Na sua avaliação o curso:



Fonte: Pesquisa realizada pela autora, em 2017

Sobre esses dados, entende-se que, se o mercado está cada vez mais exigente, é desejável que os estudantes de Administração também exijam mais da sua instituição, havendo aí uma conexão das intenções de ambos.

Entretanto, com base na percepção da autora, fica nítido que, na prática, os alunos apresentam um comportamento diferente do mostrado no resultado. É muito comum ver alunos reclamando de professores quando estes exigem um pouco

mais do que outros, aplicam uma prova mais extensa e complicada, cobram assiduidade e participação do aluno durante as aulas, entre outras questões.

Para a formação do indivíduo autônomo ao qual propõe Freire (1996), é necessário que antes de tudo, o aluno tenha consciência de que o resultado positivo de todo o processo de aprendizagem, depende fundamentalmente dele.

Silva (2016) afirma que isso se deve pelo seu próprio desenvolvimento psíquico e intelectual, ou pela própria natureza do processo educacional desse nível, as condições de aprendizagem transformam-se no sentido de exigir do estudante maior autonomia na efetivação da aprendizagem, maior independência em relação aos subsídios da estrutura do ensino e dos recursos institucionais que ainda continuam sendo oferecidos.

A partir dos dados mensurados, decorrentes da percepção dos alunos, reflete-se sobre a avaliação de curso de graduação, essencialmente o curso de Administração da Ufma. Compreende-se que tal avaliação pode compor instrumentos que favoreçam um diagnóstico preciso de onde e como melhorar, no intuito de satisfazer todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem.

De modo geral, entende-se que a avaliação tem papel importante no acréscimo de melhorias e benefícios na educação superior, e que aos poucos vem modelando um curso com qualidade e excelência que satisfaz não só o aluno, mas também ao mercado de trabalho que acolherá esse profissional.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs a avaliar o curso de Administração da Ufma a partir da visão dos alunos, tomando como referência as três dimensões (organização didático-pedagógica; infraestrutura; e corpo docente) consideradas pelo Sinaes em seu instrumento de avaliação dos cursos de graduação, e buscou conhecer a percepção dos alunos sobre essas dimensões no curso de Administração, verificando o seu grau de satisfação com base nas suas experiências vivenciadas.

No intuito de atender os objetivos citados, foram aplicados questionários com alunos do curso. Assim como também, foram realizadas pesquisas bibliográficas, documentais e em *blogs* e *sites* eletrônicos, a fim de tratar a avaliação de curso de graduação como aspecto relevante para a melhoria da qualidade na educação. Neste contexto, alguns dos autores que contribuíram significativamente para este estudo foram: Demo (2000), Chauí (2000), Ranieri (2000), Cavalcante (2000), Santos (2004), Verhine e Dantas (2005), Ristoff e Giollo (2006), Davok (2007), dentre outros, com estudos sobre educação superior e avaliação de curso de graduação, e, fazendo uso ainda de fontes como Inep, MEC e LDB.

Nesse cenário, as dimensões aqui apresentadas se revelam como aspectos de extrema relevância para o processo ensino-aprendizagem, pois um curso de graduação que preze a qualidade no ensino deve considerá-las como base para a sua construção e fundamentação, devendo estar inserida no projeto pedagógico do curso, bem como na dinâmica de melhoria ao longo de sua existência.

A percepção dos alunos sobre o curso de Administração, de modo geral, conforme pode ser observado no resumo dos resultados (APÊNDICE B), variaram entre 3 e 4,7 nos cálculos do *ranking* médio encontrados. Essa variação representa que em todas as assertivas a média é de valores concordantes ao exposto.

No que diz respeito à organização didático-pedagógica do curso, vimos que, em sua maioria, os alunos se mostram satisfeitos, o que nos faz pensar que o curso atende à proposta do seu projeto pedagógico, e tem a preocupação em formar profissionais permeados de competências e habilidades, dando consistência aos componentes curriculares, ao estágio curricular supervisionado, às atividades complementares e tantas outras que compreendem um ensino de qualidade.

Constatamos também o grau de concordância desses sujeitos no que tange à infraestrutura e instalações físicas do curso, que revelaram uma razoável satisfação. Porém, se considerarmos os percentuais gráficos discordantes, estes podem sugerir uma necessidade de melhoria nos aspectos que o compreendem, haja vista que a infraestrutura de todo e qualquer curso de graduação está diretamente ligada à qualidade do ensino prestado.

A dimensão corpo docente, parte primordial desse processo, também apresenta uma forte satisfação por parte dos alunos, especialmente sobre a relação entre eles. Dessa forma, pode-se entender que um bom relacionamento entre professor e aluno favorece a relação entre eles de modo a deixá-los mais confiantes, bem como facilitar o processo ensino-aprendizado através de metodologias que estimule o aluno a exercer um papel ativo em sala de aula, contribuindo para a motivação dos sujeitos, em que o professor se preocupa em dar o melhor de si, e o aluno apetece cada vez mais aprendizado, conseqüentemente corroborando para a sua qualificação profissional.

Por fim, analisando as questões mais generalistas acerca da formação acadêmica e profissional que o curso está proporcionando a esses alunos, suas percepções se apresentaram de forma satisfatória, no entanto chamam a atenção para que o curso exija mais dos alunos, o que expressa a necessidade de uma gestão no ensino que busque melhoria contínua, a fim de promover cada vez mais a qualidade na educação.

Desse modo, os alunos avaliam o curso positivamente se mostrando em conformidade com a avaliação feita pelo Enade, a qual o curso de Administração da Ufma obteve nota máxima (5), o que nos leva a perceber que há uma relação de equivalência entre ambas as avaliações. Salienta-se que tal visão serve de subsídio para provocar a transformação necessária no ambiente acadêmico, sustentada pelas opiniões desses alunos, pertinentes ao curso, com base nas suas experiências.

Sendo assim, percebe-se que os objetivos deste trabalho foram plenamente alcançados, despertando para a sua relevância ao depreender que as reflexões, observações, estudos e constatações realizadas ratificam a necessidade da atual pesquisa e de sua continuidade, servindo de base para futuras apurações que aprofundem o tema de forma a contribuir para a melhoria do ensino superior.

Contudo, esta temática se recria na medida que as pessoas envolvidas no processo ensino-aprendizagem se renovam e se transformam, assim como também a dinâmica do mercado de trabalho para o administrador, tornando-se um campo aberto para investigações.

Fica claro também, que apesar dos resultados desta pesquisa apresentarem uma avaliação média concordante, acima do satisfatório, que os alunos tem do próprio curso de graduação, faz-se necessário uma preocupação constante em aprimorar o curso e adaptá-lo às exigências e características do mercado de trabalho e da sociedade, em nível regional, nacional e mundial, salientando o compromisso da educação, em formar sujeitos capazes de transformar a sociedade a qual estão inseridos, em especial daqueles que estudam e atuam na Administração.

REFERÊNCIAS

ANASTASIOU, L. das G. C. A função pedagógica da coordenação de curso de graduação. In: ISAIA, S.M. de A.; BOLZAN, D. P. de V. (Orgs.). **Pedagogia universitária e desenvolvimento profissional docente**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

BLOG DO ENEM. **Os 10 cursos mais procurados no Prouni, Sisu e Fies. Veja e calcule suas chances**. 2015. Disponível em: <<http://blogdoenem.com.br/10-cursos-mais-procurados-no-prouni-2015-confira-aqui/>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaoconsolidado.htm>. Acesso em: 11 dez. 2016.

_____. Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997. Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas no art. 10 da Medida Provisória nº 1.477-39, de 8 de agosto de 1997, e nos arts. 16, 19, 20, 45, 46 e § 1º, 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 ago. 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2306.htm>. Acesso em: 11 dez. 2016.

_____. Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001. Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jul. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3860.htm>. Acesso em: 10 dez. 2016.

_____. Decreto nº 50.832, de 22 de junho de 1961. Concede à Universidade do Maranhão regalias de universidade livre equiparada. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 jun. 1961. Seção 1. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-50832-22-junho-1961-390261-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 16 fev. 2017.

_____. Decreto nº 59.941, de 6 de janeiro de 1967. Aprova o Estado da Fundação Universidade do Maranhão. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-59941-6-janeiro-1967-400594-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 16 fev. 2017.

_____. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 abr. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm>. Acesso em: 11 dez. 2016.

_____. Lei nº 5.152, de 21 de outubro de 1966. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade do Maranhão e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 out. 1966. Seção 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5152.htm>. Acesso em: 16 fev. 2017.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 11 dez. 2016.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução nº 4, de 13 de julho de 2005. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 jul. 2005. Seção 1. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces004_05.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2017.

_____. Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/legislacao/2007/portaria_40_12122007.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2017.

CAVALCANTE, J. F. **Educação superior**: conceitos, definições e classificações. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2000.

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 26., 2003, Poços de Caldas. **Anais...** Poços de Caldas, 2003. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/26/marilenachauianped2003.doc>>. Acesso em: 11 dez. 2016.

_____. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ética, 2000.

COSTA, J. F. **O papel da biblioteca escolar no processo de ensino-aprendizagem**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2013.

CUNHA, L. A. **Educação, estado e democracia**. São Paulo: Cortez, 1991.

DAVOK, D. F. Qualidade em educação. **Revista Avaliação**, Campinas, v. 12, n. 3, p. 505-513, set. 2007.

DELORS, J. **Educação**: um tesouro a descobrir. 8. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC/UNESCO, 2003.

DEMO, P. **Educação e conhecimento**: relação necessária, insuficiente e controversa. Petrópolis: Vozes, 2000.

FARIAS FILHO, M. C.; ARRUDA FILHO, E. **Planejamento da pesquisa científica**. São Paulo: Atlas, 2013.

FITA, E. C. O professor e a motivação dos alunos. In: TAPIA, J. A.; FITA, E. C. **A motivação em sala de aula: o que é, como se faz**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 27. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

_____. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

GERARD, F. M. L'Indispensable subjectivité de l'évaluation. **Antipodes**, n. 156, p. 26-34, Avr. 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GIROUX, H. **Rumo a nova sociedade do currículo: os professores como intelectuais**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GUEDES, S. T. R. A relação teoria e prática no estágio supervisionado. CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 9. ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA, 3., 2009, Curitiba. **Anais...** Curitiba: PUCPR, 2009. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3582_2162.pdf>. Acesso em: 5 maio 2017.

GUIA DO ESTUDANTE. **Administração é o curso superior mais procurado do Brasil**. 2017. Disponível em: <<http://guiadoestudante.abril.com.br/universidades/administracao-e-o-curso-superior-mais-procurado-do-brasil/>>. Acesso em: 2 maio 2017.

HELENO, G. Estágio profissional. **Revista Brasileira de Administração**, ano 18, n. 65, p. 42-45, jul./ago. 2008.

HILGARD, E. R.; ATKINSON, R. C. **Introduction to psychology**. New York: Harcourt, 1953.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes: Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior, SINAES – ENADE**. Brasília, DF, 2005.

_____. **Instrumento de avaliação de Cursos de Graduação: bacharelados, licenciaturas e cursos superiores de tecnologia (presencial e a distância): Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior, SINAES**. Brasília, DF, 2011.

_____. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2015/instrumento_avaliacao_cursos_graduacao_presencial_distancia.pdf>. Acesso em: 13 maio 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância**. Brasília, DF, 2016a. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2016/instrumento_2016.pdf>. Acesso em: 13 maio 2017.

_____. Portaria nº 624, de 14 de dezembro de 2016. Brasília, DF, 2016b. Estabelece os procedimentos de dispensa de participação no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – Enade 2016. Disponível em: <http://www.furb.br/_upl/files/especiais/enade/Portaria_INEP_N%20624_%20de%2014_12_16%20_%20Dispensa_ENADE%202016.pdf?20161225125853>. Acesso em: 2 jan. 2017.

_____. **Manual do Enade 2016**. Brasília, DF, 2016c. Disponível em: <<http://www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/8DR0V3PZMP5JAZU.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2017.

KANITZ, S. Volta às aulas. **Veja**, Rio de Janeiro, p. 21, 16 fev. 2000.

KOTLER, P.; FOX, K. F. A. **Marketing estratégico para instituições educacionais**. São Paulo: Atlas, 1994.

LACERDA, L. L. V. Sinaes, teoria e prática: pressupostos epistemológicos em oposição. **Avaliação**, Campinas, v. 20, p. 87-104, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v20n1/1414-4077-aval-20-01-00087.pdf>>. Acesso em: 24 maio 2017.

LORDÉLO, J. A. C. **Avaliação educacional: desatando e reatando nós**. Salvador: EDUFBA, 2009.

MARION, J. C.; MARION, M. M. C. A importância da pesquisa no ensino da contabilidade. **Revista de Contabilidade do CRC/SP**, São Paulo, n. 7, 1998.

MARTINS, G. A. **Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2006.

OLIVEIRA, L. H. **Cálculo de ranking médio para Likert: metodologia científica e técnicas de pesquisa em administração**. 2005. Dissertação (Mestrado em Administração e Desenvolvimento Organizacional) – Faculdade Cenecista de Varginha, Varginha, 2005.

PIRES, R. C. M. Iniciação científica e avaliação na educação superior brasileira. **Revista de Estudios y Experiencias en Educación**, v. 1, n. 1, p. 125-135, 2007.

RANIERI, N. B. **Educação superior, direito e estado: na Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/96)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Fapesp, 2000.

RISTOFF, D.; GIOLO, J. O Sinaes como sistema. **Revista Brasileira de Pós Graduação**, Brasília, DF, v. 3, n. 6, p. 193-213, dez. 2006.

ROSSATO, R. **Universidade : nove séculos de história**. Passo Fundo: Edupf, 1998.

SANTOS, B. de S. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. São Paulo: Cortez, 2004.

SARDAGNA, H. V. et al. Ensino superior: reflexões sobre a universidade dos nossos dias. **Revista Ciências Humanas**, v. 7, n. 9, p. 13-34, dez. 2006.

SATYRO, N.; SOARES, S. **A infraestrutura das escolas brasileiras de ensino fundamental: um estudo com base nos censos escolares de 1997 a 2005**. Brasília, DF: IPEA, 2008.

SAVIANI, D. **A pedagogia no Brasil: história e teoria**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SCHÖN, D. A. **The reflective practitioner**. São Francisco: Jossey Bass, 1983.

SCHWARTZMAN, S. O conceito preliminar e as boas práticas de avaliação do ensino superior. **Estudos**, Brasília, DF, v. 38, p. 9-32, 2008.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, M. das M. de S. A importância do conhecimento científico na universidade e sua contribuição para a semana científica da faculdade R.Sá. In: SEMANA DE INICIAÇÃO CIÊNTÍFICA DA FACULDADE R. SÁ, 10., 2016, Picos. **Anais...** Picos: Faculdade R. Sá, 2016. Disponível em: <http://www.faculdadersa.com.br/Arquivos/downloads/semana_cientifica/Trabalhos%202016/servico_social/a_importancia_do_conhecimento_cientifico_na_universidade_e_sua_contribuicao_para_a_semana_cientifica_da_faculdade_rsa.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2017.

SINDICATO DOS ADMINISTRADORES DO MARANHÃO. **Curso de Administração da UFMA recebe nota máxima em avaliação**. 2017. Disponível em: <<http://sinadma.org.br/2017/03/13/curso-de-administracao-da-ufma-recebe-nota-maxima-em-avaliacao/>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

SULLIVAN, R. S. Mudanças no ensino de administração: novas estratégias para o Século XXI. **Revista de Administração de Empresas**, v. 44, n. 1, p. 96-115, 2004.

TENENTE, L. **Administração é o curso dos indecisos?** Veja mitos e verdades sobre a carreira. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/guia-de-carreiras/noticia/administracao-e-o-curso-dos-indecisos-veja-mitos-e-verdades-sobre-a-carreira.ghtml>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Centro de Ciências Sociais – CCSO: Administração (Cód. 105440)**. São Luís, 2016. Disponível em: <http://portais.ufma.br/PortalProReitoria/proen/paginas/pagina_estatica.jsf?id=66>. Acesso em: 26 jun. 2017.

_____. **Plano de desenvolvimento institucional: 2012-2016**. São Luís, [2012]. Disponível em: <<http://www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/puwEW8dc9aoshs4.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Plano de desenvolvimento**

institucional: 2017-2021. São Luís, 2017c. Disponível em:

<<http://www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/puwEW8dc9aoshs4.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

_____. **Projeto pedagógico do Curso de Administração**. São Luís, 2006.

Disponível em: <<http://www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/UPhgD9MGXoHt9U3.pdf>>.

Acesso em: 25 jun. 2017.

_____. **Histórico da Ufma**. 2017b. Disponível em:

<<http://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/historico.jsf>>. Acesso em: 25 maio 2017.

_____. **Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas**. 2017d.

Disponível em: <<https://sigaa.ufma.br/sigaa/graduacao/curriculo/lista.jsf>>. Acesso em: 26 maio 2017.

_____. **UFMA cresce nos Indicadores de Qualidade da Educação Superior do MEC**. 2017a. Disponível em:

<<http://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/noticias/noticia.jsf?id=49317>>. Acesso em: 28 maio 2017.

VALLEJO, P. M. **A relação professor-aluno**: o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 1999.

VASCONCELOS, S. D.; SOUTO, E. O livro didático de Ciências no Ensino Fundamental: proposta de critérios para análise do conteúdo zoológico. **Ciência & Educação**, v. 9, n.1, p. 93-104, 2003.

VEIGA, I. P. A. **Técnicas de ensino**: por que não? Campinas: Papirus, 1991.

VERGARA, S. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

VERHINE, R. E.; DANTAS, L. M. V. **Avaliação da educação superior no Brasil**: do Provão ao ENADE. Documento preparado para o Banco Mundial. [Salvador]: UFBA, 2005. Disponível em:

<<http://www.isp.ufba.br/avalia%C3%A7%C3%A3o%20da%20Ed%20Superior%20do%20Provao%20ao%20ENADE.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA UFMA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

TÍTULO - AVALIAÇÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA UFMA NA VISÃO DOS ALUNOS

Prezado(a) aluno(a), este questionário trata de um estudo de TCC que tem por objetivo **avaliar o curso de Administração da UFMA a partir da visão dos alunos** que em 2017.1 já completaram no mínimo 70% da Carga Horária do curso. Essa contribuição é de grande importância para conhecermos a sua percepção a respeito da qualidade do curso de Administração da UFMA, lhe dando ainda a possibilidade de avaliar diversos aspectos do seu curso e formação. Ressalto que as respostas às questões serão analisadas em conjunto, preservando a identidade dos participantes. Conto com a sua colaboração!
Obrigada!

QUESTIONÁRIO APLICADO

ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

1) Sexo

- Masculino
 Feminino

2) Idade

- 17 a 21 anos
 22 a 26 anos
 27 a 31 anos
 32 a 36 anos
 37 anos ou mais

3) Ocupação

- Só estuda
 Estuda/Faz estágio
 Estuda/Trabalha

Nesta seção você deverá ler atentamente as seguintes assertivas, considerando uma escala de 1 a 6 para indicar seu grau de concordância, onde 1 equivale a Discordo Totalmente e 6 a Concordo Totalmente. **Exceto na Questão 3.

4) As disciplinas ofertadas pelo curso contemplam o conteúdo necessário para sua formação em Administração.

- 1 Discordo Totalmente
 2
 3
 4
 5
 6 Concordo Totalmente

5) Os conteúdos das disciplinas do curso são essencialmente abordados em sala de aula, de modo a favorecer a formação em Administração.

- 1 Discordo Totalmente
 2
 3
 4
 5
 6 Concordo Totalmente

6) Quais as metodologias de ensino do curso que mais motivaram você a buscar mais conhecimentos e desenvolver competências? Assinale ao lado da metodologia, 1 para a menos importante até 5 para a mais importante.

	1	2	3	4	5
Aulas Teóricas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aulas Práticas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Estudos de Caso	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Seminários	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Elaboração de Artigos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

7) O curso contribuiu para a sua capacidade de pensar criticamente, argumentar e refletir sobre as coisas.

- 1 Discordo Totalmente
 2

- 3
- 4
- 5
- 6 Concordo Totalmente

8) O curso possibilitou a participação em atividades extras (projetos de pesquisa, extensão, eventos; minicursos; órgãos representativos-EJ, CA; dentre outros...)

- 1 Discordo Totalmente
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6 Concordo Totalmente
- Não sei responder

9) A coordenação do curso demonstrou presteza nas orientações acadêmicas e resolutividade nas demandas dos estudantes.

- 1 Discordo Totalmente
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6 Concordo Totalmente

10) O curso proporcionou a relação teoria e prática durante a experiência acadêmica.

- 1 Discordo Totalmente
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6 Concordo Totalmente

11) As atividades práticas contribuíram para sua formação profissional.

- 1 Discordo Totalmente
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6 Concordo Totalmente

12) O estágio supervisionado corroborou para a formação em Administração.

- 1 Discordo Totalmente
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6 Concordo Totalmente
- Não sei responder

13) Há incentivo à produção científica aos alunos como parte do processo de ensino-aprendizagem.

- 1 Discordo Totalmente
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6 Concordo Totalmente

INFRAESTRUTURA E INSTALAÇÕES FÍSICAS

Nesta seção você deverá ler atentamente as seguintes assertivas, considerando uma escala de 1 a 6, onde 1 corresponde a "Deixa Muito a Desejar", e 6 a "Atende Plenamente" às necessidades do curso.

14) A infraestrutura dos ambientes de salas de aulas, coordenação, Empresa Júnior, Centro Acadêmico são adequadas.

- 1 Discordo Totalmente
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6 Concordo Totalmente
- Não sei responder

15) Como você avalia os materiais, equipamentos e tecnologias utilizados em sala de aula?

- 1 Deixa Muito a Desejar
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6 Atende Plenamente

16) No que diz respeito à quantidade de funcionários e professores para atender à necessidade acadêmica, você considera que:

- 1 Deixa Muito a Desejar
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6 Atende Plenamente

17) Os livros disponíveis na biblioteca, referentes ao curso, correspondem às necessidades dos estudantes.

- 1 Deixa Muito a Desejar
- 2
- 3

- 4
- 5
- 6 Atende Plenamente
- Não sei responder

CORPO DOCENTE

Nesta seção você deverá ler atentamente as seguintes assertivas, considerando uma escala de 1 a 6 para indicar seu grau de concordância, onde 1 equivale a Discordo Totalmente e 6 a Concordo Totalmente.

18) A sua relação com os professores do curso estimulou a sua busca por aprendizado.

- 1 Discordo Totalmente
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6 Concordo Totalmente

19) O corpo docente demonstrou domínio de conteúdo nas disciplinas por eles ministradas.

- 1 Discordo Totalmente
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6 Concordo Totalmente

20) As avaliações realizadas durante o curso mostram-se eficazes para medir a aprendizagem.

- 1 Discordo Totalmente
- 2
- 3

- 4
- 5
- 6 Concordo Totalmente

21) Os professores do curso se mostram acessíveis e disponíveis para além da sala de aula.

- 1 Discordo Totalmente
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6 Concordo Totalmente

FORMAÇÃO ACADÊMICA E PROFISSIONAL

Nesta seção você deverá ler atentamente as seguintes assertivas, considerando uma escala de 1 a 6 para indicar seu grau de concordância e percepção, onde 1 equivale a Discordo Totalmente/Percepção Totalmente Negativa, e 6 a Concordo Totalmente/Percepção Totalmente Positiva.

22) O curso oferece a estrutura necessária para atender às exigências do mercado de trabalho.

- 1 Discordo Totalmente
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6 Concordo Totalmente

23) Recentemente, o curso de Administração da UFMA obteve o conceito máximo no ENADE, nota 5. Fazer parte de um curso nota máxima possibilita melhores oportunidades de trabalho.

- 1 Discordo Totalmente
- 2

- 3
- 4
- 5
- 6 Concordo Totalmente

24) Com base nas suas experiências acadêmicas, utilize a escala para manifestar a sua percepção sobre o curso.

- 1 Percepção Totalmente Negativa
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6 Percepção Totalmente Positiva

25) Na sua avaliação o curso:

- Deveria exigir muito menos de você
- Deveria exigir um pouco menos de você
- Exige na medida certa de você
- Deveria exigir um pouco mais de você
- Deveria exigir muito mais de você

APÊNDICE B - RESUMO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DOS ALUNOS

QUESTÕES	ESCALA (Ranking Médio)					
	1	2	3	4	5	6
Organização Didático-Pedagógica						
Disciplinas Ofertadas						
Conteúdo Disciplinas						
Metodologias Ensino (1 a 5)						
a) Aulas teóricas						
b) Aulas práticas						
c) Estudos de caso						
d) Seminários						
e) Elaboração de artigo						
Pensamento crítico						
Atividades extras						
Presteza da coordenação						
Relação teoria e prática						
Atividades práticas						
Contribuição do estágio						
Produção científica						
Infraestrutura e Instalações Físicas						
Infraestrutura das salas						
Materiais e equipamentos						
Nº funcionários e professores						
Acervo da biblioteca						
Corpo Docente						
Relação com os professores						
Domínio do conteúdo						
Eficácia - métodos avaliação						
Professores acessíveis						
Formação Acadêmica e Profissional						
Estrutura do curso						
Conceito máximo no ENADE						
Percepção do curso						

NÍVEL DE EXIGÊNCIA DO CURSO AO ALUNO	PERCENTUAIS (%)			
	4	16	32	50
Deveria Exigir Muito Menos				
Deveria Exigir um Pouco Menos				
Exige na Medida Certa				
Deveria Exigir um Pouco Mais				
Deveria Exigir Muito Mais				

ANEXOS

ANEXO A – RESOLUÇÃO Nº 04, DE 13 DE JULHO DE 2005

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2005. ^(*)

Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, e dá outras providências.

O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 9º, § 2º, alínea “c”, da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131, de 25 de novembro de 1995, tendo em vista as diretrizes e os princípios fixados pelos Pareceres CNE/CES nºs 776/97 e 583/2001, bem como considerando o que consta dos Pareceres CNE/CES nºs 67/2003; 134/2003, 210/2004 e 23/2005, homologados pelo Senhor Ministro de Estado da Educação, respectivamente, em 2/6/2003, 9/9/2003, 24/9/2004 e 3/6/2005, resolve:

Art. 1º A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, a serem observadas pelas Instituições de Ensino Superior em sua organização curricular.

Art. 2º A organização do curso de que trata esta Resolução se expressa através do seu projeto pedagógico, abrangendo o perfil do formando, as competências e habilidades, os componentes curriculares, o estágio curricular supervisionado, as atividades complementares, o sistema de avaliação, o projeto de iniciação científica ou o projeto de atividade, como Trabalho de Curso, componente opcional da instituição, além do regime acadêmico de oferta e de outros aspectos que tornem consistente o referido projeto pedagógico.

§ 1º O Projeto Pedagógico do curso, além da clara concepção do curso de graduação em Administração, com suas peculiaridades, seu currículo pleno e sua operacionalização, abrangerá, sem prejuízo de outros, os seguintes elementos estruturais:

- I - objetivos gerais do curso, contextualizados em relação às suas inserções institucional, política, geográfica e social;
- II - condições objetivas de oferta e a vocação do curso;
- III - cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso;
- IV - formas de realização da interdisciplinaridade;
- V - modos de integração entre teoria e prática;
- VI - formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;
- VII - modos de integração entre graduação e pós-graduação, quando houver;
- VIII - incentivo à pesquisa, como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica;
- IX - concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado, suas diferentes formas e condições de realização, observado o respectivo regulamento;
- X - concepção e composição das atividades complementares; e,
- XI - inclusão opcional de trabalho de curso sob as modalidades monografia, projeto de iniciação científica ou projetos de atividades, centrados em área teórico-prática ou de formação profissional, na forma como estabelecer o regulamento próprio.

§ 2º Com base no princípio de educação continuada, as IES poderão incluir no Projeto Pedagógico do curso, o oferecimento de cursos de pós-graduação *lato sensu*, nas respectivas modalidades, de acordo com as efetivas demandas do desempenho profissional.

^(*) Resolução CNE/CES 4/2005. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de julho de 2005, Seção 1, p. 26

§ 3º As Linhas de Formação Específicas nas diversas áreas da Administração não constituem uma extensão ao nome do curso, como também não se caracterizam como uma habilitação, devendo as mesmas constar apenas no Projeto Pedagógico.

Art. 3º O Curso de Graduação em Administração deve ensejar, como perfil desejado do formando, capacitação e aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais e econômicas da produção e de seu gerenciamento, observados níveis graduais do processo de tomada de decisão, bem como para desenvolver gerenciamento qualitativo e adequado, revelando a assimilação de novas informações e apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de atuação do administrador.

Art. 4º O Curso de Graduação em Administração deve possibilitar a formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:

I - reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações no processo produtivo, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão;

II - desenvolver expressão e comunicação compatíveis com o exercício profissional, inclusive nos processos de negociação e nas comunicações interpessoais ou intergrupais;

III - refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob seu controle e gerenciamento;

IV - desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores e formulações matemáticas presentes nas relações formais e causais entre fenômenos produtivos, administrativos e de controle, bem assim expressando-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e sociais;

V - ter iniciativa, criatividade, determinação, vontade política e administrativa, vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional;

VI - desenvolver capacidade de transferir conhecimentos da vida e da experiência cotidianas para o ambiente de trabalho e do seu campo de atuação profissional, em diferentes modelos organizacionais, revelando-se profissional adaptável;

VII - desenvolver capacidade para elaborar, implementar e consolidar projetos em organizações; e

VIII - desenvolver capacidade para realizar consultoria em gestão e administração, pareceres e perícias administrativas, gerenciais, organizacionais, estratégicos e operacionais.

Art. 5º Os cursos de graduação em Administração deverão contemplar, em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular, conteúdos que revelem inter-relações com a realidade nacional e internacional, segundo uma perspectiva histórica e contextualizada de sua aplicabilidade no âmbito das organizações e do meio através da utilização de tecnologias inovadoras e que atendam aos seguintes campos interligados de formação:

I - Conteúdos de Formação Básica: relacionados com estudos antropológicos, sociológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, políticos, comportamentais, econômicos e contábeis, bem como os relacionados com as tecnologias da comunicação e da informação e das ciências jurídicas;

II - Conteúdos de Formação Profissional: relacionados com as áreas específicas, envolvendo teorias da administração e das organizações e a administração de recursos humanos, mercado e marketing, materiais, produção e logística, financeira e orçamentária, sistemas de informações, planejamento estratégico e serviços;

III - Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias: abrangendo pesquisa operacional, teoria dos jogos, modelos matemáticos e estatísticos e aplicação de tecnologias que contribuam para a definição e utilização de estratégias e procedimentos inerentes à administração; e

IV - Conteúdos de Formação Complementar: estudos opcionais de caráter transversal e interdisciplinar para o enriquecimento do perfil do formando.

Art. 6º A organização curricular do curso de graduação em Administração estabelecerá expressamente as condições para a sua efetiva conclusão e integralização curricular, de acordo com os seguintes regimes acadêmicos que as Instituições de Ensino Superior adotarem: regime seriado anual, regime seriado semestral, sistema de créditos com matrícula por disciplina ou por módulos acadêmicos, com a adoção de pré-requisitos, atendido o disposto nesta Resolução.

Art. 7º O Estágio Curricular Supervisionado é um componente curricular direcionado à consolidação dos desempenhos profissionais desejados inerentes ao perfil do formando, devendo cada instituição, por seus Colegiados Superiores Acadêmicos, aprovar o correspondente regulamento, com suas diferentes modalidades de operacionalização.

§ 1º O estágio de que trata este artigo poderá ser realizado na própria instituição de ensino, mediante laboratórios que congreguem as diversas ordens práticas correspondentes aos diferentes pensamentos das Ciências da Administração.

§ 2º As atividades de estágio poderão ser reprogramadas e reorientadas de acordo com os resultados teórico-práticos, gradualmente reveladas pelo aluno, até que os responsáveis pelo acompanhamento, supervisão e avaliação do estágio curricular possam considerá-lo concluído, resguardando, como padrão de qualidade, os domínios indispensáveis ao exercício da profissão.

§ 3º Optando a instituição por incluir no currículo do Curso de Graduação em Administração o Estágio Supervisionado de que trata este artigo deverá emitir regulamentação própria, aprovada pelo seu Conselho Superior Acadêmico, contendo, obrigatoriamente, critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, observado o disposto no parágrafo precedente.

Art. 8º As Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

Parágrafo único. As Atividades Complementares se constituem componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando, sem que se confundam com estágio curricular supervisionado.

Art. 9º O Trabalho de Curso é um componente curricular opcional da Instituição que, se o adotar, poderá ser desenvolvido nas modalidades de monografia, projeto de iniciação científica ou projetos de atividades centrados em áreas teórico-práticas e de formação profissional relacionadas com o curso, na forma disposta em regulamento próprio.

Parágrafo único. Optando a Instituição por incluir no currículo do curso de graduação em Administração o Trabalho de Curso, nas modalidades referidas no *caput* deste artigo, deverá emitir regulamentação própria, aprovada pelo seu conselho superior acadêmico, contendo, obrigatoriamente, critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, além das diretrizes técnicas relacionadas com a sua elaboração.

Art. 10. A carga horária mínima dos cursos de graduação será estabelecida em Resolução da Câmara de Educação Superior.

Art. 11. As Diretrizes Curriculares Nacionais desta Resolução deverão ser implantadas pelas Instituições de Educação Superior, obrigatoriamente, no prazo máximo de dois anos, aos alunos ingressantes, a partir da publicação desta.

Parágrafo único. As IES poderão optar pela aplicação das DCN aos demais alunos do período ou ano subsequente à publicação desta.

Art. 12. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Resolução CFE nº 2, de 4 de outubro de 1993, e a Resolução CNE/CES nº 1, de 2 de fevereiro de 2004.

EDSON DE OLIVEIRA NUNES
Presidente da Câmara de Educação Superior

ANEXO B – GRADE CURRICULAR DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS



Portal do Discente

EMITIDO EM 28/06/2017 08:21

DADOS DA ESTRUTURA CURRICULAR

Código: 10			
Matriz Curricular: ADMINISTRAÇÃO - SÃO LUÍS - Presencial - M - BACHARELADO - 2007			
Unidade de Vinculação: DIRETORIA DE CENTRO/CCSO (23.00)			
Município de funcionamento: SÃO LUÍS-MA			
Período Letivo de Entrada em Vigor: 2007 . 1			
Carga Horária: Total Mínima 3225 Optativas Mínima 60			
Créditos Obrigatórios: 173cr Total - (13cr Práticos) / (160cr Teóricos)			
Carga Horária Obrigatória: 3045h Total - (625h Práticas) / (2420h Teóricas)			
Carga Horária Obrigatória de Atividade Acadêmica Específica: 465 hrs			
Carga Horária de Componentes Eletivos: Máxima (90 horas)			
Carga Horária por Período Letivo: Mínima (60 horas)			
Créditos por Período Letivo: Mínimo 2 Médio 4 Máximo 38			
Prazos em Períodos Letivos: Mínimo 8 Médio 8 Máximo 12			
1º Nível			
Componente Curricular	CH Detalhada	Tipo	Natureza
DECC0119 - INTRODUÇÃO À ADMINISTRAÇÃO (AD) - 60h (4cr)	60h (4cr) aula 0h (0cr) lab.	DISCIPLINA	OBRIGATÓRIA
DECC0252 - SOCIOLOGIA APLICADA (AD) - 60h (4cr)	60h (4cr) aula 0h (0cr) lab.	DISCIPLINA	OBRIGATÓRIA
DEMA0170 - RACIOCÍNIO LÓGICO, CRÍTICO E ANALÍTICO - 60h (4cr)	60h (4cr) aula 0h (0cr) lab.	DISCIPLINA	OBRIGATÓRIA
DEPB0083 - METODOLOGIA DA PESQUISA (AD) - 90h (5cr)	60h (4cr) aula 30h (1cr) lab.	DISCIPLINA	OBRIGATÓRIA
DFIL0146 - FILOSOFIA E ÉTICA PROFISSIONAL (AD) - 60h (4cr)	60h (4cr) aula 0h (0cr) lab.	DISCIPLINA	OBRIGATÓRIA
CH Total: 330hrs.			
2º Nível			
Componente Curricular	CH Detalhada	Tipo	Natureza
DCON0004 - TEORIA ECONÔMICA (AD) - 60h (4cr)	60h (4cr) aula 0h (0cr) lab.	DISCIPLINA	OBRIGATÓRIA
DECC0120 - TEORIA DA ADMINISTRAÇÃO I (AD) - 60h (4cr)	60h (4cr) aula 0h (0cr) lab.	DISCIPLINA	OBRIGATÓRIA
DECC0121 - CRIATIVIDADE E EMPREENDEDORISMO (AD) - 90h (5cr)	60h (4cr) aula 30h (1cr) lab.	DISCIPLINA	OBRIGATÓRIA
DECS0201 - COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL (AD) - 60h (4cr)	60h (4cr) aula 0h (0cr) lab.	DISCIPLINA	OBRIGATÓRIA
DEMA0171 - MATEMÁTICA APLICADA À ADMINISTRAÇÃO (AD) - 60h (4cr)	60h (4cr) aula 0h (0cr) lab.	DISCIPLINA	OBRIGATÓRIA
CH Total: 330hrs.			
3º Nível			
Componente Curricular	CH Detalhada	Tipo	Natureza
DCON0141 - MICRO E MACROECONOMIA (AD) - 60h (4cr)	60h (4cr) aula 0h (0cr) lab.	DISCIPLINA	OBRIGATÓRIA
DECC0122 - TEORIA DA ADMINISTRAÇÃO II (AD) - 90h (5cr)	60h (4cr) aula 30h (1cr) lab.	DISCIPLINA	OBRIGATÓRIA
DECC0249 - PSICOLOGIA APLICADA (AD) - 60h (4cr)	60h (4cr) aula 0h (0cr) lab.	DISCIPLINA	OBRIGATÓRIA

DEMA0172 - MATEMÁTICA FINANCEIRA (AD) - 60h (4cr)	60h (4cr) aula 0h (0cr) lab.	DISCIPLINA	OBRIGATÓRIA
DEMA0173 - ESTATÍSTICA I (AD) - 60h (4cr)	60h (4cr) aula 0h (0cr) lab.	DISCIPLINA	OBRIGATÓRIA
CH Total: 330hrs.			
4º Nível			
Componente Curricular	CH Detalhada	Tipo	Natureza
DDIR0132 - FUNDAM. DO DIREITO PÚBLICO E PRIVADO /AD - 60h (4cr)	60h (4cr) aula 0h (0cr) lab.	DISCIPLINA	OBRIGATÓRIA
DECC0001 - OSM (AD) - 90h (5cr)	60h (4cr) aula 30h (1cr) lab.	DISCIPLINA	OBRIGATÓRIA
DECC0123 - CONTABILIDADE GERAL (AD) - 60h (4cr)	60h (4cr) aula 0h (0cr) lab.	DISCIPLINA	OBRIGATÓRIA
DECC0250 - COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL (AD) - 60h (4cr)	60h (4cr) aula 0h (0cr) lab.	DISCIPLINA	OBRIGATÓRIA
DEMA0174 - ESTATÍSTICA II (AD) - 60h (4cr)	60h (4cr) aula 0h (0cr) lab.	DISCIPLINA	OBRIGATÓRIA
CH Total: 330hrs.			
5º Nível			
Componente Curricular	CH Detalhada	Tipo	Natureza
DDIR0133 - DIREITO INTERNACIONAL (AD) - 60h (4cr)	60h (4cr) aula 0h (0cr) lab.	DISCIPLINA	OBRIGATÓRIA
DECC0124 - ADMINISTR. FINANC. E ORÇAMENTÁRIA I (AD) - 60h (4cr)	60h (4cr) aula 0h (0cr) lab.	DISCIPLINA	OBRIGATÓRIA
DECC0125 - ADMINISTRAÇÃO DE RH (AD) - 90h (5cr)	60h (4cr) aula 30h (1cr) lab.	DISCIPLINA	OBRIGATÓRIA
DECC0126 - ADMINISTRAÇÃO MERCADOLÓGICA (AD) - 90h (5cr)	60h (4cr) aula 30h (1cr) lab.	DISCIPLINA	OBRIGATÓRIA
DECC0127 - AUDITORIA E ESTRUTURA DE BALANÇO (AD) - 60h (4cr)	60h (4cr) aula 0h (0cr) lab.	DISCIPLINA	OBRIGATÓRIA
CH Total: 360hrs.			
6º Nível			
Componente Curricular	CH Detalhada	Tipo	Natureza
CCAD0002 - ESTÁGIO SUPERVISIONADO I (AD) - 90h (0cr)	0h (0cr) aula 90h (0cr) lab.	ESTÁGIO	OBRIGATÓRIA
DECC0128 - PESQUISA MERCADOLÓGICA (AD) - 90h (5cr)	60h (4cr) aula 30h (1cr) lab.	DISCIPLINA	OBRIGATÓRIA
DECC0129 - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO (AD) - 90h (5cr)	60h (4cr) aula 30h (1cr) lab.	DISCIPLINA	OBRIGATÓRIA
DECC0130 - ADMINIST. DE MATERIAIS E PATRIMONIAL /AD - 60h (4cr)	60h (4cr) aula 0h (0cr) lab.	DISCIPLINA	OBRIGATÓRIA
DECC0131 - ADMINIST. FINANC. E ORÇAMENTÁRIA II (AD) - 60h (4cr)	60h (4cr) aula 0h (0cr) lab.	DISCIPLINA	OBRIGATÓRIA
DECC0132 - ADMINISTRAÇÃO DE PRODUÇÃO (AD) - 60h (4cr)	60h (4cr) aula 0h (0cr) lab.	DISCIPLINA	OBRIGATÓRIA
CH Total: 450hrs.			
7º Nível			
Componente Curricular	CH Detalhada	Tipo	Natureza
DECC0134 - LOGÍSTICA (AD) - 60h (4cr)	60h (4cr) aula 0h (0cr) lab.	DISCIPLINA	OBRIGATÓRIA
DECC0135 - PESQUISA OPERACIONAL (AD) - 60h (4cr)	60h (4cr) aula 0h (0cr) lab.	DISCIPLINA	OBRIGATÓRIA
DECC0136 - GESTÃO DE PROJ. E PLANO DE NEGÓCIOS (AD) - 90h (5cr)	60h (4cr) aula 30h (1cr) lab.	DISCIPLINA	OBRIGATÓRIA
DECC0137 - TCC - MONOGRAFIA (PROJETO) (AD) - 90h (0cr)	80h (0cr) aula 10h (0cr) lab.	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	OBRIGATÓRIA
DECC0138 - ADMINISTRAÇÃO DE SIST. DE INFORMAÇÃO (AD) - 60h (4cr)	60h (4cr) aula 0h (0cr) lab.	DISCIPLINA	OBRIGATÓRIA

DECC0139 - ESTÁGIO SUPERVISIONADO II (AD) - 90h (0cr)	0h (0cr) aula 90h (0cr) lab.	ESTÁGIO	OBRIGATÓRIA
CH Total: 450hrs.			
8º Nível			
Componente Curricular	CH Detalhada	Tipo	Natureza
DECC0170 - DINÂMICA DE GRUPO (AD) - 60h (4cr)	60h (4cr) aula 0h (0cr) lab.	DISCIPLINA	OPTATIVA
DECC0171 - SISTEMÁTICA DO COMÉRCIO EXTERIOR (AD) - 60h (4cr)	60h (4cr) aula 0h (0cr) lab.	DISCIPLINA	OPTATIVA
DECC0172 - INTELIGÊNCIA COMPETITIVA (AD) - 60h (4cr)	60h (4cr) aula 0h (0cr) lab.	DISCIPLINA	OPTATIVA
DECC0173 - GESTÃO DE AGRONEGÓCIO (AD) - 60h (4cr)	60h (4cr) aula 0h (0cr) lab.	DISCIPLINA	OPTATIVA
DECC0174 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (AD) - 60h (4cr)	60h (4cr) aula 0h (0cr) lab.	DISCIPLINA	OPTATIVA
DECC0175 - GESTÃO PÚBLICA (AD) - 60h (4cr)	60h (4cr) aula 0h (0cr) lab.	DISCIPLINA	OPTATIVA
CCAD0001 - ATIV ACAD COMPLEMENTAR: ENS/PESQ/EXT(AD) - 120h (8cr)	0h (8cr) aula 0h (0cr) lab.	ATIVIDADES COMPLEMENTARES	OBRIGATÓRIA
DECC0140 - GESTÃO AMBIENTAL E RESPON. SOCIAL (AD) - 90h (5cr)	60h (4cr) aula 30h (1cr) lab.	DISCIPLINA	OBRIGATÓRIA
DECC0141 - JOGOS DE EMPRESA (AD) - 60h (4cr)	60h (4cr) aula 0h (0cr) lab.	DISCIPLINA	OBRIGATÓRIA
DECC0142 - NEGOCIAÇÃO E PROCESSOS DE DECISÃO (AD) - 60h (4cr)	60h (4cr) aula 0h (0cr) lab.	DISCIPLINA	OBRIGATÓRIA
DECC0143 - GESTÃO DA QUALIDADE E PRODUTIVIDADE (AD) - 60h (4cr)	60h (4cr) aula 0h (0cr) lab.	DISCIPLINA	OBRIGATÓRIA
DECC0144 - TCC - MONOGRAFIA II (DEFESA) (AD) - 60h (0cr)	60h (0cr) aula 0h (0cr) lab.	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	OBRIGATÓRIA
DECC0145 - ESTÁGIO SUPERVISIONADO III (AD) - 135h (3cr)	0h (0cr) aula 135h (3cr) lab.	ESTÁGIO	OBRIGATÓRIA
CH Total: 945hrs.			